



PESSOAS e LUGARES

Reconhecimento do LEADER

Comité Económico
e Social Europeu
subscrive a Metodologia

p.3

Mostra de Artesanato e Produtos Regionais

ADL divulgam na MOART
os melhores produtos
dos seus territórios

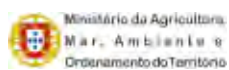
p.6



Agricultura e desenvolvimento rural

Rota do Alvarinho

Descobrir o Vale do Minho, entre a natureza e o vinho
p.22-23



“Tem de haver espaço
para três coisas:
exportação, circuitos mais
clássicos de distribuição
e circuitos locais. E não têm
necessariamente
de se excluir.”



Entrevista com
José Diogo
Albuquerque,
Secretário de Estado
da Agricultura
p.12-14

Agricultura e desenvolvimento rural

A instabilidade e mau estar que se vive nas sociedades atuais seja nas zonas do planeta que apresentam os melhores índices de desenvolvimento humano, seja naqueles que se debatem ainda com problemas de sobrevivência, remetem-nos para a necessidade de revermos os modelos de desenvolvimento, nos quais temos baseado todo o nosso percurso de crescimento.

De facto, a incoerência dos modelos de desenvolvimento vigentes, a delapidação e pressão exercida sobre os recursos disponíveis no planeta, os problemas de natureza ambiental, o crescimento e concentração da população em grandes metrópoles, o problema da distribuição e redistribuição da riqueza, a vigência de um sistema gerador de riqueza assente essencialmente na especulação financeira, as expectativas individuais de bem-estar e felicidade, traduzem uma realidade que quando aplicada às questões da agricultura e do desenvolvimento rural, ganham uma relevância peculiar.

É verdade que estas questões têm um mapeamento diferenciado consoante a parte do planeta a que nos referimos e que, a sua abordagem requer cada vez, mais uma lógica global, mas intervenções locais. Na Europa a 27, as reflexões acerca dos modelos de desenvolvimento para o período pós 2013 referem um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que se traduz, no âmbito do desenvolvimento rural e da agricultura em objetivos de política relativos a uma produção alimentar viável, à gestão sustentável dos recursos naturais e ações climáticas e ainda a um desenvolvimento territorial equilibrado. Estes modelos terão que responder às necessidades e desafios da sociedade atual mas e, sobretudo, à vida das gerações futuras. É expectável que os compromissos daqui resultantes se constituam como um passo crucial, na construção das políticas que se vão desenhando a nível mundial e que, o seu impacto na definição da política pública de desenvolvimento rural em Portugal, tenha efeitos que permitam contrariar o declínio acentuado de uma parte significativa do território nacional, possibilitando que este se configure como um espaço de crescimento sustentável com um contributo claro para o desenvolvimento do país.

Os espaços rurais constituem-se, no atual contexto, como recursos relevantes e indispensáveis à construção de um país mais

coesivo, mais sustentável, mais competitivo e mais desenvolvido. A expressão do seu potencial depende, em larga medida, da capacidade de integração e articulação das diferentes dimensões e setores (agricultura, indústria, serviços, cultura, turismo, etc.) e dos agentes com presença nos territórios rurais, assim como da capacidade de mobilização das pessoas, das organizações, das experiências, do conhecimento ... No entanto, pela importância que a agricultura assume, consideramos que a perspetiva que lhe é, também, aplicada de um “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, implica uma reestruturação do setor com uma necessária renovação dos recursos humanos envolvidos, através de um amplo processo de rejuvenescimento e qualificação.

A abordagem territorial assente em parcerias locais que a experiência de intervenção das associações de desenvolvimento local com base na abordagem LEADER, tem desenvolvido há mais de 20 anos, releva a importância da articulação e integração da dimensão agrícola no desenvolvimento rural. A atividade agrícola marca fortemente o território rural, e quanto maior for a sua integração e interação com as dinâmicas do território a montante e a jusante, maior são as probabilidades de uma competitividade sustentável e de uma maior coesão social.

Consideramos que, no contexto atual, o processo de renovação dos recursos humanos na agricultura, implica a criação de contextos locais favoráveis à iniciativa, ao investimento, à investigação, à inovação, à experimentação e à comercialização (e mesmo à internacionalização) para os quais a experiência e prática das ADL serão de certeza relevantes.

Agricultura e desenvolvimento rural, constituem-se como partes indissociáveis de uma mesma realidade e, sobretudo, de um mesmo percurso de desenvolvimento que tem no cerne da equação as pessoas e o crescimento sustentável!



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 04 . janeiro 2012 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhatterra.pt
<http://www.minhatterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Teresa Nogueira (Empower)

Colaboraram neste número

António Martins Bonito, Alfredo Cunhal Sendim, Elisabete Figueiredo

Fotografias

ADDLAP, ADRIMAG, ARDE, ATAHCA, Câmara Municipal de Melgaço, Fátima Jordão, GRATER, Jorge Gonçalves, Luís Godinho, Paula Matos dos Santos

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis e Teresa Braga (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.


minha terra
por um novo mundo rural

www.minhatterra.pt

“O LEADER chegou ao céu!” Esta frase foi escrita por um colega nosso a 5 de dezembro de 2011 na sua página facebook – partilhava assim a notícia do falecimento de Nuno Jordão.

O que é dito nessa frase está para além da atitude religiosa de cada um, é a afirmação e reconhecimento do Nuno Jordão como referência autêntica desta metodologia de intervenção.

Autenticidade presente no pensamento e na ação. Esta difícil e rara harmonia conseguida pelo mestre e companheiro de caminho foi decisiva para o enraizamento nas associações de desenvolvimento local do modo de ser e estar como gestores locais, parceiros, agentes e atores do desenvolvimento rural. A sua **visão e ensinamentos**, a sua **competência e empenho**, a sua **exigência e companheirismo** foram e são exemplo para estas equipas de trabalho do mundo rural português.

Defensor da praxis das apregoadas metodologias *bottom-up*, defensor da valorização do que é particular e único em e para cada território rural, defensor da decisão local e participada, defensor dos valores do LEADER, programa e metodologia que afirmou em julho do passado ano ter salvo os valores do mundo rural.

É aqui, no plano dos valores, que saudamos a sua vida! É aqui, na defesa e prática dos valores que se distinguuiu, e, no seu exercício, conquistou o respeito, admiração e amizade destas gentes LEADER!

Saudamos a vida de Nuno Jordão e escrevemos na saudade e na memória o privilégio de termos privado com ele.

Homenagear Nuno Jordão é assumirmos o compromisso da não desistência, de exercermos no mundo rural um trabalho de proximidade e ligação que respeita a identidade local e se expressa numa linguagem de crescimento e desenvolvimento assente em relações estáveis e duradouras.

Nuno Jordão, no ano de 2010, escrevia assim no seu blog, referindo-se a uma ida à Feira do Livro: (...) mas a Feira tem os seus encantos, tem o lixo e as pérolas e o que nos guia na busca dos tesouros, são as referências que temos, nomes que ouvimos a quem confiamos (...) É um mundo privado de referências que vamos construindo ao longo da vida (...).

Na construção da nossa vida de ADL, Nuno Jordão foi ouvido com confiança e fez-se referência e como tal permanece.

Até sempre, amigo Nuno!

Comité Económico e Social Europeu subscrive a Metodologia LEADER

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) reconhece que, nos últimos 20 anos, a metodologia LEADER deu provas da sua viabilidade, subscrivendo o seu alargamento a outros fundos da União Europeia destinados às zonas rurais.

No Parecer sobre o “LEADER como instrumento para o Desenvolvimento Local”, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, “o CESE subscrive a abordagem LEADER e o seu alargamento, em forma de parcerias ascendentes, a outros fundos da UE destinados às zonas rurais e recomenda expressamente que se utilize esta mesma abordagem, sob outra designação, nas zonas urbanas, a fim de levar a bom termo as estratégias de desenvolvimento e de investimento”.

Para o período após 2013, o CESE propõe uma abordagem global do desenvolvimento local das zonas rurais,

que reúna num orçamento único os recursos dos vários fundos e assentando na possibilidade de recorrer ao FEADER, ao FEDER, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu das Pescas e ao Fundo Social Europeu, segundo um procedimento simplificado e sem encargos administrativos suplementares.

Por outro lado, o CESE propõe a aprovação de uma definição uniforme de “zona rural”, utilizando uma abordagem integrada na elaboração de estratégias de desenvolvimento local, e a utilização da abordagem LEADER como modelo mais adequado para o estabelecimento e o funcionamento de parcerias ascendentes.

No Parecer defende-se uma redução considerável da carga administrativa, nomeadamente para os projetos de pequena dimensão, e a inclusão do LEADER no processo de

simplificação, permitindo agir com mais flexibilidade e introduzir inovações nas regiões.

O CESE assinala ainda que “os GAL permitiram criar uma capacidade administrativa à altura de distribuir com toda a transparência ao nível local os recursos financeiros da UE” e que “no atual contexto de crise económica, estes órgãos locais intermediários poderão ser eficazes, graças ao seu carácter flexível, na melhoria das condições de emprego ao nível local”.

O CESE recomenda que “a Abordagem LEADER continue a integrar a PAC e que permita igualmente o recurso aos fundos no âmbito das políticas de coesão e do ambiente” e “que se mobilize mais meios financeiros através da Abordagem LEADER, e não apenas aqueles que relevam dos futuros programas de desenvolvimento rural”.

O **Comité Económico e Social Europeu** (CESE) é um órgão consultivo da União Europeia. Fundado em 1957, dá a conhecer os seus pontos de vista avaliados às principais instituições da UE (Comissão Europeia, Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu). Fã-lo emitindo “pareceres” sobre as propostas legislativas da União Europeia, mas também elabora outros pareceres, esses de sua própria iniciativa, sobre assuntos que julga deverem ser tratados. Uma das principais funções do Comité é ser “ponte” entre as instituições da UE e aquela a que chama “sociedade civil organizada”. O CESE ajuda a promover o papel das organizações da sociedade civil através do estabelecimento de um “diálogo estruturado” com essas organizações nos Estados-Membros e noutros países do mundo. A representação de cada país é proporcional à sua população. Portugal tem 12 membros, num total de 344.

<http://www.eesc.europa.eu/>

Projeto da ADRIMAG distinguido pela Comissão Europeia

O projeto CRER – Criação de Empresas em Espaço Rural foi reconhecido, em 2011, como Boa Prática de *Small Business Act* – iniciativa adotada pela União Europeia que visa criar as condições favoráveis ao crescimento e à competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME).

O CRER surgiu – em 1995, no âmbito da Iniciativa EQUAL – da necessidade de estimular o empreendedorismo, prestar apoio à criação de empresas e facilitar o acesso a financiamento, aos empreendedores do território de inter-

venção da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira.

Com o projeto surgiu a metodologia CRER de Apoio à Criação de Empresas e ao Empreendedorismo, abrangendo três vertentes distintas: Informação e Sensibilização para o Empreendedorismo e Criação de Empresas; Maturação e Finalização de Projetos de Criação de Empresas; Teste e Experimentação de Ideias de Negócio.

Desde 2006, foram efetuados *check-ups* de Negócio com

87 empreendedores. Mais de 30 por cento destes empreendedores foram acompanhados na elaboração do Plano de Negócios dos seus projetos, o que originou a criação de nove empresas que empregam, em média, duas pessoas.

Foi ainda constituída a Rede CRER com a finalidade de assegurar a divulgação e a disseminação da Metodologia CRER a entidades que tenham como objetivo o estímulo do empreendedorismo, numa lógica de rede de cooperação interinstitucional. A Rede CRER conta já com oito parceiros nacionais que incorporaram e aplicam a Metodologia CRER.

A distinção do CRER vem, mais uma vez, dar visibilidade e reconhecer o projeto a nível nacional e europeu, um ano após ter recebido uma menção honrosa nos European Enterprise Awards 2010, na categoria “Iniciativa Empresarial Responsável e Inclusiva”.

www.crer.pt

www.adrimag.com.pt

GRATER com nova sede

“O dia 19 de dezembro de 2011 ficará para sempre registado na história desta associação”. As palavras do presidente do Conselho de Administração da GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional, Paulo Messias, ilustram a importância da nova sede da associação.

Criada em 1995, a GRATER inaugurou, finalmente, instalações próprias – um imóvel de dois pisos, completamente recuperado e equipado com uma sala multimédia, no centro da Praia da Vitória, Terceira.

“Ninguém duvida da credibilidade da GRATER”, disse Paulo Messias, na cerimónia de inauguração. “Somos uma associação com provas dadas no território, ajudamos a criar novas empresas, novos empregos e a valorizar e conservar o nosso património natural, edificado e cultural, bem como a promover as potencialidades dos nossos produtos”, exemplificando com a Feira de Sabores da GRATER e a abertura da loja “Espaço Açores – Tradição e Gourmet”, em Lisboa.

Paulo Messias aproveitou ainda para apresentar

as contas deste Grupo de Ação Local – que já permitiu um investimento de 17 milhões de euros nas ilhas da Graciosa e Terceira, com a aprovação de 484 projetos e a criação de 230 postos de trabalho. Valores que têm surgido ao longo das várias gerações do LEADER, entre eles, o mais recente, “mais complexo, mas também mais transparente”, que possibilitou à associação um bom desempenho: “Temos uma taxa de compromisso muito perto dos 100 por cento e uma taxa de execução bastante promissora, na ordem dos 35 por cento”.

Na ocasião foi ainda apresentado o novo portal da associação na internet, com novas rubricas, uma exclusivamente dedicada ao LEADER/PRORURAL, e um espaço multimédia, onde é possível fazer descarregar documentos de formalização de candidatura ao LEADER, legislação e a revista da associação “Olhar o mundo rural”.

www.grater.pt

2012 Ano Internacional das Cooperativas

Todos os anos a Organização das Nações Unidas (ONU) elege um dos grandes temas da atualidade para Ano Internacional, como forma de chamar a atenção dos cidadãos de todo o mundo e encorajar à ação. Essa decisão é sempre tomada em Assembleia Geral, tornando-se assim numa escolha que envolve todos os países e que procura ser o mais consensual possível.

Foi assim que a ONU declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas. Com esta escolha a ONU pretende aumentar a consciência social acerca papel das cooperativas no desenvolvimento socioeconómico, do seu contributo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, promover a formação e

desenvolvimento de cooperativas, e encorajar os governos a estabelecer políticas, leis e regulamentos que conduzam à formação, crescimento e estabilidade das cooperativas.

Referindo-se a esta escolha, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, assinalou que “as cooperativas recordam à comunidade internacional que é possível visar em simultâneo a viabilidade económica e a responsabilidade social”.

Estima-se que em todo o mundo as cooperativas gerem cerca de 100 milhões de postos de trabalho, sendo importantes tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos. Se nos primeiros são usadas, em primeira linha, como formas de combate à pobreza que conduzem depois

ao desenvolvimento económico e social, nos segundos constituem, na maior parte dos casos, modos de aumento de eficiência, produtividade e rendimento de agriculturas relativamente desenvolvidas, procurando superar as dificuldades que os agricultores individualmente não conseguem resolver.

Para celebrar o Ano Internacional das Cooperativas serão realizados eventos em numerosos países, tanto por iniciativa de organizações representativas do setor como de Governos, que podem ser consultadas no sítio da internet do Ano Internacional das Cooperativas.

<http://social.un.org/coopyear/>



Balanço do LEADER

No final de 2011, a Abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL) e da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM) acumulava 2.642 projetos aprovados, geradores de mais de quatro mil empregos. Trata-se de um volume de emprego expressivo, que se torna possível graças ao apoio público concedido por estes Programas, no valor de 194 milhões de euros, cuja gestão é realizada de forma descentralizada pelos Grupos de Ação Local (47 no Continente, 4 nos Açores e 2 na Madeira).

Juntando a comparticipação privada ao apoio público concedido, os projetos aprovados representam mais de 330 milhões de euros de investimento nos territórios rurais. Assim, os investimentos realizados no âmbito da Abordagem LEADER beneficiam, em média, de uma taxa de comparticipação pública de 59% do investimento total.

Esta taxa de comparticipação apresenta-se bastante atrativa, o que é bastante importante para estimular o desenvolvimento nos territórios rurais, contrariando as condições de desfavorecimento social e económico que aí persistem.

A maior parte deste montante destina-se a projetos de Diversificação da Economia das Zonas Rurais, que é também a área mais geradora de emprego. Seguem-se os Serviços Básicos para a População Rural e, por fim, a Conservação e Dinamização do Património Rural.

Registam-se, porém, diferenças regionais significativas. Enquanto que no Continente 63% do apoio público é destinado à Diversificação da Economia das Zonas Rurais, nos Açores o valor desce para 51% e na Madeira é de apenas 16% do apoio público total concedido pela Abordagem LEADER. Nesta região, é fortemente favorecida a Conservação e Dinamização do Património Rural, que

absove 66% do apoio público, ao contrário do que acontece no Continente e nos Açores, com 15% e 35%, respetivamente.

Este balanço de final de 2011 revela também o grande dinamismo dos territórios rurais. Os 2.642 projetos aprovados representam 47% do total de candidaturas apresentadas, que foram 5.578. Isto significa que há nos territórios rurais muitas pessoas e entidades, públicas e privadas, com iniciativa e que se propõem executar os mais diversos projetos de desenvolvimento rural.

Numa altura em que a crise favorece a instalação de um clima de pessimismo e receio de apostar em projetos novos, a Abordagem LEADER afirma-se pela positiva, estimulando o desenvolvimento do que de melhor há nos territórios rurais, aproveitando as suas características endógenas, dinamizando a economia e melhorando o nível de vida das populações.

PRODER	Total de Candidaturas Entradas		Projetos Aprovados			Postos de Trabalho Previstos
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1.1 - Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola	417	77 295	209	34 814	19 255	286
3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas	1 656	228 398	715	92 116	53 319	1 421
3.1.3 - Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer	1 083	226 781	425	79 151	43 902	727
TOTAL Medida 3.1	3 156	532 474	1 349	206 082	116 476	2 433
3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural	1 038	106 532	530	48 475	28 510	165
3.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural	1 081	167 830	515	61 888	41 123	1 306
TOTAL Medida 3.2	2 119	274 361	1 045	110 363	69 634	1 471
TOTAL	5 275	806 835	2 394	316 445	186 110	3 904

PRORURAL	Total de Candidaturas Entradas		Projetos Aprovados			Postos de Trabalho Previstos
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1.1 - Diversificação de Atividades não Agrícolas na Exploração	8	1 276	6	946	443	7
3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas	77	7 097	52	4 821	2 256	83
3.1.3 - Incentivo a Atividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural	11	951	8	726	288	6
TOTAL Medida 3.1	96	9 325	66	6 493	2 987	96
3.2.1 - Serviços Básicos para a População Rural	35	1 989	27	1 391	809	12
3.2.2 - Conservação e Valorização do Património Rural	75	2 845	70	3 159	2 028	3
TOTAL Medida 3.2	110	4 833	97	4 550	2 836	15
TOTAL	206	14 158	163	11 043	5 823	111

PRODERAM	Total de Candidaturas Entradas		Projetos Aprovados			Postos de Trabalho Previstos
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1 - Diversificação das Economias Rurais	13	2 064	7	831	401	16
3.2 - Serviços Básicos para a População Rural	10	595	10	596	476	0
3.3 - Conservação e Valorização do Património Rural	74	3 043	68	2 550	1 690	2
TOTAL	97	5 702	85	3 977	2 567	18

Cerimónias de entrega de contratos LEADER



A ADRIL – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Lima e a ADRI-MINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho juntaram-se numa cerimónia de entrega de contratos LEADER – Subprograma 3 do PRODER, realizada no dia 26 de dezembro, em Ponte de Lima.

A ADRIMINHO aprovou, no âmbito do segundo concurso LEADER, 36 candidaturas. Estas representam um investimento total de quase 4,2 milhões de euros, dos quais dois milhões serão referentes a comparticipação pública, que serão geradores de 26 postos de trabalho.

Neste segundo concurso a ADRIL aprovou 38 projetos, mobilizadores de 4,5 milhões de euros de investimento total, do qual 2,7 milhões serão cofinanciados pelo LEADER, que irão criar 78 postos de trabalho.

A cerimónia contou com a presença do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Daniel Campelo, e da Gestora do PRODER, Gabriela Ventura, o que acrescentou uma

carga simbólica e institucional a esta ocasião.

Esta iniciativa conjunta foi também expressão dos laços de cooperação que envolvem as Associações de Desenvolvimento Local, que se unem não só em eventos desta natureza mas também na concretização dos mais diversos projetos em benefício dos territórios e populações.

No mês anterior, entre nove e 16 de novembro, a AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego realizou um conjunto de seis cerimónias de entrega de contratos, uma em cada um dos concelhos da área de intervenção da associação.

No segundo concurso LEADER, a AD ELO aprovou 48 projetos, que correspondem a um investimento total de 4,4 milhões de euros, dos quais 2,8 são investimento público. Estes projetos deverão resultar na criação de

99 postos de trabalho, o que demonstra bem a capacidade da metodologia LEADER para criar emprego, mesmo numa altura de tão acentuada crise económica.



Mostra de Artesanato e Produtos Regionais

ADL mostram artesanato e produtos regionais na MOART

A presença da ADRUSE, DOURO SUPERIOR, PRÓ-RAIA e RAIA HISTÓRICA na MOART – Mostra de Artesanato e Produtos Regionais, com os melhores produtos dos seus territórios, reforçou o lema da iniciativa que deu a conhecer e descobrir, viver e saborear Portugal, no Museu de Arte Popular, em Lisboa, nos dias 8, 9, 10, 11, 17 e 18 de dezembro.

Queijo Terrincho Vale do Côa, azeite, vinho, enchidos, licores, mel, doces e compotas, ervas aromáticas, frutos secos, a tradicional amêndoa coberta de Moncorvo, a conhecida castanha da Guarda... Mantas

100 por cento lã virgem, cachecóis, gorros e pantufas para os dias mais frios, e os tradicionais cobertores de papa das Maçainhas.

Foram apenas alguns dos sabores e saberes da banca das Associações de Desenvolvimento Local que se aliaram para esta participação coletiva na MOART.

Para lá da oportunidade de negócio, esta é uma forma de animação que vale a pena apostar para dar visibilidade aos produtos e produtores dos territórios, contribuindo para a afirmação da identidade territorial, como explicaram Paulo Marques e António

Sales Gomes, coordenadores da PRÓ-RAIA e RAIA HISTÓRICA.

Durante a emissão em direto do programa “Terra a Terra” da TSF da MOART, dia 10, o coordenador da RAIA HISTÓRICA voltou a sublinhar a importância deste tipo de eventos para os territórios que, apesar do despovoamento e desertificação, estão a investir cada vez mais nos saberes-fazer locais, introduzindo no mercado produtos de grande qualidade.

Ideias não faltam, apoios também existem, referiu António Sales Gomes, destacando o apoio LEADER,

atualmente integrado no Sub-programa 3 do PRODER em Portugal Continental, e que tem vindo, nos últimos anos, a ser determinante para a concretização de projetos nas mais diversas áreas, ajudando quer ao nível da produção, quer da comercialização e promoção dos produtos regionais.

O evento, 100 por cento nacional, contou com cerca de 50 expositores de artesanato e produtos regionais, num programa rico em animação musical, oficinas e muitas surpresas, recebendo milhares de visitantes.

Colocar a MOART no calendário da programação de

atividades culturais do país é o objetivo da Progestur – entidade responsável pela organização do evento em parceria com o Museu de Arte Popular e o apoio da Associação de Artesãos da Serra da Estrela – que prevê, desde já, ao longo de 2012 mais iniciativas com o mesmo objetivo: promover a cultura, artes e tradições nacionais.

www.adruse.pt
www.dourosuperior.pt
www.pro-raia.pt
www.raiahistorica.org



Iniciativa assente no voluntariado propõe-se plantar dez milhões de árvores

Ministra Assunção Cristas anuncia Vamos Plantar Portugal

A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território anunciou a iniciativa Vamos Plantar Portugal, no dia em que se deslocou ao Parque Nacional da Peneda-Gerês para assinalar o fim do Ano Internacional das Florestas.

A iniciativa, que está a ser preparada pelo Ministério, pretende tornar o país mais verde, com 10 milhões de novas árvores. “Vamos trabalhar para que seja possível, na altura em que é mais conveniente, montar uma grande ação, assente no voluntariado, para plantar ou semear Portugal”, disse Assunção Cristas.

Fazendo referência ao facto de Portugal importar, por ano, 200 milhões de euros de matérias-primas para a indústria da madeira, o que é um valor elevado para um país cujo território está 63 por cento coberto por floresta, a Ministra salienta que as vantagens serão tanto ambientais como económicas. “Se por cada português conseguirmos ter mais uma árvore, o nosso PIB aumenta, a nossa riqueza aumenta, a nossa contribuição para a diminuição das alterações climáticas aumenta, porque a floresta é um grande pulmão de sequestro de carbono”, afirmou a Ministra.

Nove títulos já publicados

ARDE lança coleção de guias culturais

“Feteiras – Terra escarpada de Gente suave” foi o nono livro da coleção de guias culturais do concelho de Ponta Delgada, lançada pela ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento com o apoio LEADER/PRORURAL.

O guia, com texto da jornalista Ana Coelho, do jornal “Correio dos Açores”, e imagem de Pedro Borges, fotógrafo da revista “Saber Açores”, foi lançado em cerimónia realizada no passado dia 28 de dezembro, na Junta de Freguesia de Feteiras.

Foi a última publicação apresentada em 2011, depois do lançamento dos guias culturais de Arrifes, Fajã de Baixo, Santa Bárbara, Candelária, Livramento, S. Vicente Ferreira, Santo António e Mosteiro.

A coleção, compreendendo 20 publicações – tantas quantas as freguesias rurais do concelho de Ponta Delgada –, ficará completa em junho de 2012.

As publicações traduzem a riqueza tradicional, a situação atual e a perspetiva de futuro do património cultural de cada freguesia, configurando

as características de um guia prático.

Divulgar e valorizar este património não só junto da população local mas também, e principalmente, dos visitantes, é o objetivo geral da coleção.

O projeto editorial reveste-se de grande importância quer para cada uma das freguesias, já que a maior parte nunca teve uma publicação própria com estas características, quer para as 20 globalmente, sendo a primeira vez que uma edição contempla a totalidade do território não citadino do concelho.

O trabalho de pesquisa e de fotografia destes guias, com cerca de 100 páginas, é da responsabilidade de profissionais de órgãos de comunicação social locais.

Está também prevista a edição de guias culturais das cinco freguesias do concelho de Vila do Porto.

Os concelhos de Vila do Porto (ilha de Santa Maria) e Ponta Delgada (ilha de São Miguel) constituem o território de intervenção da ARDE, no âmbito da Abordagem LEADER do PRORURAL.

Terra Viva

O programa de rádio da MINHA TERRA, numa parceria com a TSF, com o apoio do Programa da Rede Rural Nacional, foi ao encontro de projetos LEADER.

O Terra Viva arrancou a 26 de setembro de 2011 e, ao longo de 10 semanas, deu a conhecer projetos apoiados na Abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), Madeira (PRODERAM) e

Açores (PRORURAL), contribuindo para a divulgação junto do grande público de iniciativas muito diversificadas co-financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Para conhecer o Terra Viva, pode aceder ao programa em versão podcast:

goo.gl/e4ot3

No âmbito desta iniciativa foram transmitidos 30 programas de rádio apresentando projetos de dinamização económica e melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, que estimulam o empreendedorismo e criam emprego, promovendo a disseminação de boas práticas e imagem positiva do mundo rural.

O formato do programa, que foi para o ar todas as segundas, quartas e sextas, por volta das 8h40, privilegiou o

testemunho dos promotores/beneficiários do LEADER, convidados a contar, de viva voz, a história do seu projeto aos microfones da rádio. Os programas estão disponíveis em podcast no site da TSF.

Territórios rurais mais (re) conhecidos pela opinião pública, produtos e serviços das zonas rurais mais apetecíveis, políticas de apoio ao desenvolvimento rural e intervenção dos Grupos de Ação Local compreendidas e valorizadas, e uma imagem do mundo rural mais realista e positiva são os principais resultados desta atividade integrada no plano de comunicação da MINHA TERRA.

Agricultura e desenvolvimento rural

Apesar de residirem mais de quatro milhões de pessoas nos territórios rurais portugueses, pouco mais de quinze por cento destes têm alguma atividade agrícola.

Embora represente uma proporção relativamente diminuta da população ativa, em termos de emprego direto, a verdade é que a agricultura tem uma enorme influência na dinâmica económica e laboral destes territórios.

Por um lado, a atividade agrícola cria empregos diretos, gera rendimento e impulsiona a economia por si só. Por outro, impulsiona a criação de postos de trabalho indiretos, assim como riqueza noutros setores de atividade, desde a indústria transformadora, aos transportes, comércio e serviços ligados à agricultura.

O peso da agricultura na economia

Ao longo dos anos a agricultura portuguesa tem vindo a perder importância enquanto atividade produtora de riqueza e empregadora da população ativa nacional. O contributo do Valor Acrescentado Bruto do setor agrícola para a economia nacional traduz-se, atualmente, numa pequena parcela do Produto Interno Bruto (PIB). O mesmo se passa no conjunto dos países da União Europeia, onde esse contributo é ainda menor do que em Portugal, devido ao maior desenvolvimento das restantes atividades económicas.

A diminuição do contributo da agricultura para a formação do PIB em Portugal, tal como na UE, deve-se, principalmente, ao desenvolvimento das atividades dos setores secundário e terciário, cuja participação aumentou muito. Paralelamente, verifica-se também uma forte perda da importância do setor primário na ocupação da população ativa, sobretudo por força da crescente mecanização e da diminuição do número de explorações agrícolas.

Um relatório recente do Grupo de Trabalho Temático 2, criado pela Rede Europeia para o Desenvolvimento Rural, é elucidativo quanto à importância e influência da agricultura na economia rural global: a agricultura foi identificada como um “setor-chave” em 14 das 18 regiões europeias estudadas, sendo que os aumentos de produção neste setor resultam em aumentos ainda maiores noutros setores económicos dos territórios: existe um factor de multiplicação, que leva a que por cada milhão de euros produzidos na atividade agrícola haja um acréscimo de produção de 200 por cento nas atividades económicas a jusante e de 50 por cento a montante.

Apesar disso, verificam-se perdas de empregos em larga escala na produção de alimentos na maioria destas regiões, que não são suficientemente compensadas pelas atividades de diversificação

da agricultura, onde muitas histórias de sucesso tendem a envolver nichos de mercado relativamente pequenos, muitas vezes ligados ao turismo local.

Outra conclusão muito interessante deste estudo é que a qualidade dos recursos humanos, ou melhor, os níveis de dinamismo e a capacidade empreendedora e de negócios das populações, são um dos fatores mais importantes que determinam o futuro das regiões e comunidades locais. Esta conclusão vem confirmar a importância das atividades de animação territorial na promoção do desenvolvimento económico, por contribuírem para a capacitação das populações e suscitarem a criação de ligações entre diferentes atividades económicas, criando novos negócios, desenvolvendo os existentes e melhorando a capacidade de resposta às mudanças estruturais.

Ambiente e cultura

Também a nível ambiental se deve analisar o impacto da agricultura. Naturalmente que a atividade agrícola pode exercer impactes negativos no ambiente, sobretudo nos recursos sobre os quais exerce maior pressão, solo e água, sendo também estes recursos essenciais a todos os processos que sustentam a vida no planeta. O solo e a água representam um recurso bastante sensível no nosso país, pelo que a sua preservação é essencial.

E se é verdade que algumas práticas de exploração agrícola (e florestal) têm um impacto negativo a nível ambiental, é também verdade que a agricultura é fundamental para a preservação da paisagem rural, sendo, portanto, também um fator de equilíbrio ambiental. Com efeito, o abandono das terras constitui um sério risco ambiental, motivo pelo qual a Política Agrícola Comum (PAC) atual condiciona os apoios diretos aos agricultores à manutenção das terras em condições de poderem produzir. Além disso, o projeto da Comissão Europeia para a nova PAC, que vigorará após 2013, prevê o aprofundamento das questões ambientais na política agrícola europeia.

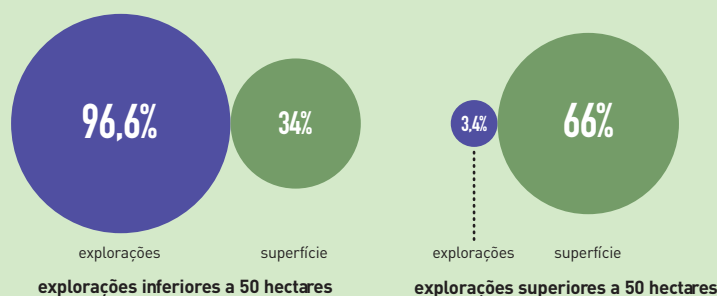
A preservação da paisagem tem também consequências óbvias noutras atividades que se desenvolvem no mundo rural. O turismo, por exemplo, depende em larga medida da manutenção da “ruralidade” do espaço rural. Trata-se de um setor em crescimento, que por sua vez tem também um fator de arrastamento de outras atividades: cultura, gastronomia, comércio, produção de produtos locais, etc.

Graças à forma intrincada como se ligam as atividades económicas, a produção agrícola, nos territórios em que esta tem expressão significativa, acaba por ter consequências na economia rural global, tanto ao nível da criação de riqueza como dos postos de trabalho indiretos que gera.

Sabia que...

Apenas 3,4% das explorações têm mais de 50 hectares, mas representam 66% da superfície agrícola utilizada?

Fonte: INE.



As explorações de grande dimensão ocupam apenas 10% do total de mão de obra agrícola?



Feiras e festivais locais promovem desenvolvimento económico



As feiras e festivais dedicados a produtos locais, tanto agrícolas como transformados, têm-se afirmado cada vez mais como fatores de desenvolvimento económico. Através deles, muitos territórios têm promovido os seus produtos e serviços, constituindo também, para muitos produtores, o canal privilegiado de escoamento das suas produções.

Existem muitos casos até em que estas feiras começaram por ser o único local onde os produtores vendiam os seus produtos, mas o sucesso que aí alcançaram levou-os a expandir a atividade, aumentando a produção e encontrando outros canais de comercialização, nomeadamente as grandes superfícies e a exportação.

Reconhecendo estes aspetos, várias Associações de Desenvolvimento Local (ADL) têm-se envolvido ativamente na organização destas iniciativas. Há já 20 anos que a ATAHCA – Associação para o Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave organiza anualmente a Festa das Colheitas, em Vila Verde, em parceria com a Proviver, uma empresa municipal do concelho.

De acordo com José da Mota Alves, presidente da ATAHCA, esta ADL organiza o certame por considerar que “o desenvolvimento rural integrado, que é a missão da ATAHCA, tem a ver com a dinamização da economia a todos os níveis, sendo a agricultura um elemento fundamental”.

A Festa das colheitas tem permitido valorizar o trabalho dos produtores, pois estes divulgam e comercializam os seus produtos, tornando-os acessíveis também para os consumidores urbanos. Trata-se de uma iniciativa que se tem revelado muito importante para o desenvolvimento de negócios de artesanato, de pequenas explorações agrícolas e para que algumas variedades de produtos agrícolas que não chegam aos mercados convencionais não desapareçam. De acordo com Mota Alves, “a Festa das Colheitas tem dado a conhecer o potencial da região”, tanto a nível dos produtos agrícolas como transformados, e também do turismo.

Mais a Sul, no Algarve, também a Associação In Loco apostou na realização de feiras como forma de dinamizar o tecido económico e social dos territórios. Há cerca de 20 anos, a In Loco começou a organizar as Feiras da Serra, tendo realizado uma por cada

estação do ano, em localidades diferentes. Assim surgiram as Feiras da Serra de Loulé, no inverno, de Tavira, na primavera, de São Brás de Alportel, no verão, e de Silves, no outono.

A In Loco envolveu-se na organização destas feiras “para os produtores comercializarem os seus produtos e ganharem escala, para dar às populações urbanas o conhecimento dos produtos da serra e para combater o isolamento das populações da serra”, como explica Miguel Velez, da In Loco.

Mas o objetivo da In Loco não era permanecer para sempre como a entidade organizadora das feiras, mas sim lançar as sementes para o seu desenvolvimento. Realizadas desde sempre através de parcerias em que as câmaras municipais tinham um papel fundamental, a In Loco foi deixando de ser entidade organizadora (exceto no caso de São Brás de Alportel), tendo as feiras passado para a organização direta das câmaras municipais.

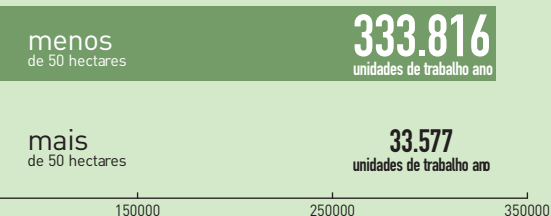
No caso de Silves, a feira já não se realiza sob essa designação, transformou-se em Feira das Ruralidades, mas com o espírito e objetivos muito próximos dos originais. Nos outros casos, as feiras mantêm uma grande importância na sociedade e na economia dos territórios, sendo mesmo, no caso de São Brás de Alportel, o evento mais importante do ano.

Também a Sul, a Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste esteve também na génese da realização de outro importante certame, o Festival da Batata Doce.

“Houve um trabalho da Vicentina para a promoção de associativismo setorial em torno dos principais produtos de qualidade do território”, explica Pedro Dornelas, Coordenador da Vicentina. Foi este trabalho que levou à constituição da Associação de Produtores de Batata Doce de Aljezur. O Festival da Batata Doce, que é organizado por essa associação, foi então criado como forma de divulgar a batata doce (mas também outros produtos locais) e realizar a sua prova e degustação.

Este trabalho tem dado frutos: a Associação de Produtores já conseguiu que a batata doce de Aljezur adquirisse a denominação de Indicação Geográfica Protegida e o Festival funciona como verdadeiro cartaz do produto, que aí é vendido e divulgado.

Um pouco por todo o território, outras Associações de Desenvolvimento Local têm dinamizado a organização de outros certames. A possibilidade de recorrer ao LEADER é fundamental, pois tratam-se de iniciativas que na maior parte dos casos não são auto-sustentáveis, mas que produzem um saldo muito positivo para as economias regionais.



Apenas 5% das explorações desenvolvem também atividades lucrativas não agrícolas?

turismo, artesanato, transformação de produtos, produção de energia, etc. com outras atividades



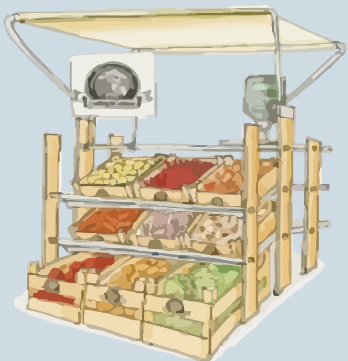
Mercados ECorurais

A LEADER OESTE – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste e a ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura criaram o projeto “Mercados ECorurais”, que mereceu o apoio da Medida de Cooperação LEADER. A ideia para a realização deste projeto partiu da Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena (APAS), que será a principal dinamizadora, tendo sido acolhida com entusiasmo por estas Associações de Desenvolvimento Local.

Através deste projeto será realizada a promoção de produtos agrícolas oriundos de explorações que pratiquem a produção e proteção integrada. O objetivo é “colocar a produção no mercado de uma forma qualificada, transmitindo a genuinidade do processo produtivo aos consumidores”, esclarece José Coutinho, Coordenador da LEADER OESTE.

Para este fim, foi criada a marca Mercados ECorurais, que irá identificar os locais de comercialização destes produtos, distinguindo-os assim da restante oferta. Numa fase inicial, que arranca já no início de 2012, serão instaladas bancas ECorurais nos mercados do Cadaval e de Ourém. Esta fase funcionará como projeto piloto, avaliando-se os resultados para estudar a posterior disseminação.

Os Mercados ECorurais serão um contributo para valorizar as atividades económicas locais, através da prática de uma agricultura sustentável, com controlo da produção e rastreabilidade, garantia de saúde, higiene e segurança alimentar, qualidade e genuinidade.



© Mikael Schelander

O sucesso do mirtilo

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, lançado em 1991, contribuiu decisivamente para a diversificação das atividades nas explorações agrícolas e, um pouco por toda a Europa, começaram a surgir novas atividades nas explorações, alterações nos métodos de produção e até a aposta em novos produtos. O mirtilo é um desses produtos.

Em Portugal, as primeiras plantações de mirtilo surgem no concelho de Sever do Vouga, na década de 1990, transformando-se esta cultura num acrescento à economia familiar, que foi ganhando maior relevância com o passar dos anos. Esta produção organizou-se e ganhou escala e, atualmente, 95 por cento da produção é exportada. Isto prende-se com uma mais-valia de que os produtores do mirtilo de Sever dispõem: a possibilidade de, graças às condições particulares do território, a sua produção estar pronta a ser colocada no mercado nos meses de maio e junho, antes dos demais concorrentes, o que tem sido fundamental para a penetração nos mercados europeus.

Determinante para que a produção do mirtilo se organizasse e ganhasse escala foi o trabalho desenvolvido no âmbito de um projeto LEADER+,

promovido pela ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro Arada e Gralheira, em parceria com a AGIM – Associação para a Gestão, Inovação e Modernização (Sever do Vouga), a Mirtilusa – Sociedade de produtores Hortofrutícolas, a Arandano Argentino da Argentina, a The Greenery da Holanda, a Uruberry do Uruguai e o Agricultural Institute da Eslovénia.

Inicialmente, foi implementado um projeto transnacional denominado “Benchmarking de iniciativas Inovadoras para produção, comercialização e promoção do mirtilo”, cujo principal objetivo estava relacionado com a identificação de boas práticas para a produção, comercialização e transformação do mirtilo.

Iniciou-se em setembro de 2007 e, apesar de ter final previsto para agosto de 2008, os resultados do projeto justificaram a sua continuidade através de um protocolo de âmbito transnacional, assinado durante a I Feira Internacional do Mirtilo, realizada em junho de 2008, que estabeleceu a criação de uma plataforma internacional para dar sequência ao trabalho de cooperação, fortalecer as relações comerciais, desenvolver parcerias para a área da I&DT, transferir

conhecimento e inovação entre os vários países, para a produção, transformação e comercialização do mirtilo.

Surgiu depois o projeto de cooperação interterritorial no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER, denominado de “Missão Hortofrutícola”, que prevê a cooperação de três territórios nacionais, os territórios de intervenção da ADRIMAG, da LEADER OESTE – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste e da ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano.

Este projeto surgiu da necessidade de melhorar a promoção, comercialização e exportação dos produtos de qualidade regional reconhecida, abrangendo os produtos frutícolas da região do Oeste, os produtos hortícolas e florícolas do Litoral Alentejano e a promoção e divulgação do mirtilo e agora também da groselha produzidos no Município de Sever do Vouga.

Estes projetos representam bons exemplos de trabalho das Associações de Desenvolvimento Local na organização de produtores e na promoção de boas práticas agrícolas, de modo a ganhar escala, aceder a circuitos de comercialização e tirar partido das mais-valias endógenas dos territórios.



Projeto PROVE dinamiza atividade de pequenos produtores

O Projeto PROVE – Promover e Vender, que envolve 16 ADL do Continente através de um projeto de Cooperação LEADER, tem permitido criar canais de escoamento para um número já bastante significativo de pequenos produtores agrícolas.

Tratando-se de uma iniciativa que liga produtores de fruta e legumes frescos de origem local diretamente aos consumidores, o PROVE tem revelado que a comercialização de proximidade pode ser um bom contributo para viabilizar as pequenas explorações.

Atualmente, existem já 38 núcleos PROVE estabelecidos, com 44 locais de entrega de cabazes, envolvendo 65 produtores participantes, que fornecem cerca de 1000 consumidores. Estes consumidores reconhecem, através de um consumo de proximidade, mais

responsável, a importância da agricultura para o desenvolvimento das economias locais.

Segundo os animadores das ADL envolvidos no projeto, para além da dimensão de comercialização, o projeto refaz os laços de relacionamento e compromissos entre produtores e consumidores. Os produtores têm o retorno semanal sobre a qualidade das suas produções e os consumidores, fundamentalmente urbanos, tomam consciência das vicissitudes da atividade agrícola.

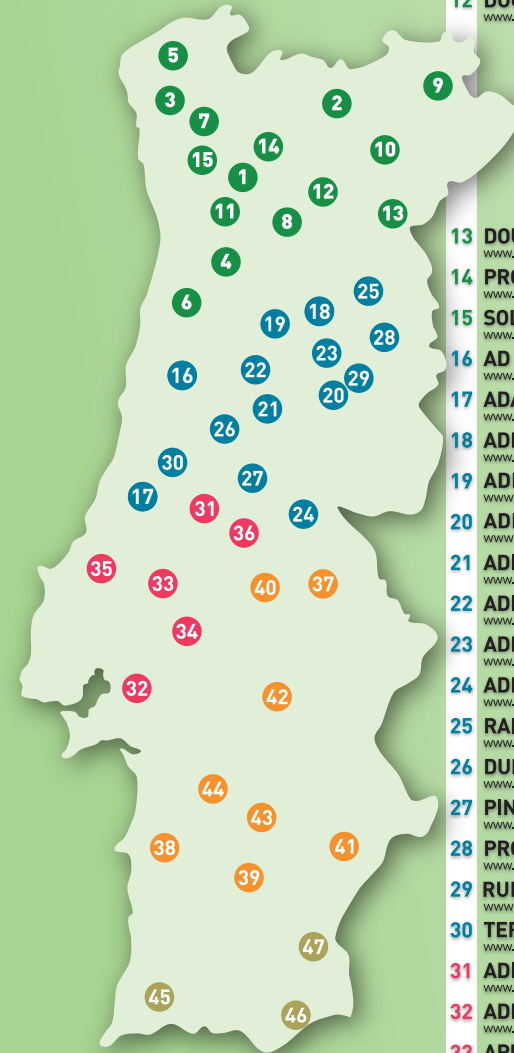
Através destes circuitos são distribuídas 12 toneladas de produtos hortícolas, através de 1400 cabazes por semana. Com a sua participação no PROVE, em média, cada agricultor aumentou o seu rendimento mensal em cerca de 560 euros.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



- 01 ADER-SOUSA**
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT**
www.adrat.pt
- 03 AD RIL**
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG**
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO**
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM**
www.adriem.pt
- 07 ATA HCA**
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO**
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE**
www.corane.pt
- 10 DESTAQUE**
www.destaque.pt
- 11 DOLMEN**
www.dolmen.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO**
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR**
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO**
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE**
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO**
www.adelelo.pt
- 17 ADAE**
www.adae.pt
- 18 ADD**
www.add.pt
- 19 ADD LAP**
www.addlap.pt
- 20 ADERES**
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER**
www.adiber.pt
- 22 ADICES**
www.adices.pt
- 23 AD RUSE**
www.adruse.pt
- 24 AD RACES**
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA**
www.raiahistorica.pt
- 26 DUECEIRA**
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR**
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA**
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE**
www.rude.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ**
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN**
www.adirn.pt
- 32 ADREPES**
www.adrepes.pt
- 33 APRODER**
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA**
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE**
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS**
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL**
www.ader-al.pt
- 38 ADL**
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME**
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR**
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA**
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE**
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI**
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO**
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA**
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO**
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA**
www.atbaicoguadiana.pt

Região Autónoma dos Açores



- 48 ADELIAÇOR**
www.adeliacor.org
- 49 ARDE**
www.arde.pt
- 50 ASDEPR**
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER**
www.grater.pt

Região Autónoma da Madeira



- 52 ACAPORAMA**
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA**
www.adrama.org



Competitividade global e local

Licenciado em Engenharia Agrónoma, com especialização em Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia, José Diogo Albuquerque trabalhou na Direção Geral de Agricultura da Comissão Europeia, foi representante da CAP junto da UE, e investigador e professor convidado da Universidade de Lincoln, na Nova Zelândia. Integra o atual governo como Secretário de Estado da Agricultura num momento crucial, em que se negocia a próxima Política Agrícola Comum, que será determinante no futuro do Mundo Rural.

A questão da soberania alimentar tem sido muito colocada em Portugal e gostávamos de lhe perguntar se isto é uma questão real ou se é mais simbólica.

Primeiro, a questão da soberania alimentar deve ser vista a nível mundial e não só a nível do país. A nível mundial há claras perspetivas da FAO [Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação] sobre a necessidade de duplicar a produção de alimentos nos próximos 50 anos, devido ao aumento previsto nas taxas de consumo. Segundo, a nível da União Europeia é óbvio que temos um mercado único e, portanto, devemos ter garantida a capacidade de alimentar a população europeia.

Agora, em Portugal a questão da soberania alimentar tem-se colocado

numa ótica não só de capacidade de alimentar a população mas também na ótica de que o setor agrícola deverá ser um setor considerado estratégico para ajudar a economia do país. E quando nós temos 3,5 mil milhões de euros de défice na balança comercial, quando temos mais importações em muitos setores do que produção local ou exportações, temos ainda muitos setores onde há uma margem para crescer. Se por cada euro importado nós produzirmos um euro nacional ou exportarmos, estamos a ajudar a economia do país.

Talvez há cinco anos isto não fosse sensível, mas penso que na sociedade europeia, com o aumento dos preços agrícolas em 2007 e o conseqüente aumento dos preços dos alimentos, se gerou uma sensibilidade diferente e hoje já não se dá os alimentos como algo

garantido, algo fácil, e isso também veio trazer não só importância mas também dignidade ao setor agrícola.

E qual papel das políticas públicas para fomentar essa produção agrícola?

As políticas públicas têm um papel importante e, como se sabe, a política agrícola na União Europeia é quase exclusivamente comunitária, e a parte que é conficionada a nível nacional é determinada a nível europeu. Uma grande parte do apoio que está no primeiro pilar da política agrícola, em ajudas diretas, é um apoio ao rendimento desligado da produção. No entanto obriga a que se mantenha os terrenos em boas condições para práticas agrícolas. Portanto, ou se tem de produzir alimentos ou se tem de produzir bem e

território, os chamados bens públicos. Isso é importante, desde logo para que quem administre essa política pública deixe bem claro que isto não é um apoio à não produção, como tem sido mal interpretado muitas vezes. Isto não é um apoio a não produzir, pois o abandono é penalizado. O agricultor que abandone e deixe matos e florestas crescerem não é beneficiário da ajuda. Isto é um conceito que será reforçado no futuro. Na PAC pós-2013 está a falar-se num conceito de agricultor ativo, que é obrigado a ter a prova de atividade na exploração. Portanto, o abandono é posto de lado.

Há também uma parte da política agrícola, que é o segundo pilar da PAC, do desenvolvimento rural, que é descentralizado e tem uma parte importante de apoio. Trata-se do apoio

ao investimento. Este apoio pode ser claramente direcionado para a produção. E, quando se fala em produzir, não se pode só pensar numa ótica de produzir. Tem de se pensar em produzir, mas também em concentração da oferta, ou seja, ter a produção a passar mais em organizações de produtores. Vejam-se exemplos de agriculturas de sucesso, que têm sempre uma grande concentração da produção a passar através de organizações de produtores. Na Holanda, toda a produção de frutas e hortícolas passa através de associações de produtores. Na Suécia e na Dinamarca há organizações de produtores de leite muito fortes. Na Nova Zelândia, toda a produção passa por três organizações de produtores, em que uma é cooperativa, e exportam 98 por cento. Os agricultores associados vão estar sempre melhor do que sozinhos e vão sempre garantir mais quantidade, melhor escoamento ao longo do ano, melhor relação com a distribuição e mais valor acrescentado nas vendas.

E, ponto três, é preciso assegurar um bom funcionamento da cadeia agroalimentar, e isso pode passar por plataformas de entendimento, que foi o que nós estabelecemos há algumas semanas, criando a **PARCA**, que é a Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar.

Portanto, há coisas a fazer com o apoio público, tanto em termos de política comunitária como de medidas nacionais. Há medidas que podemos tomar, como, por exemplo, tornar mais dinâmico todo o sistema de mercado de terras. É algo mais simbólico, mas estamos a fazer o diagnóstico de todos os terrenos que existem nas nossas Direções Regionais e tudo o que for passível de ser cedido vamos ceder, através de contratos de arrendamento. Haverá mais tarde alterações da legislação sobre bolsa de terras. E há que fomentar também o emparcelamento de terras. Estas óticas dão um certo simbolismo, mas são também medidas que podem ajudar a dinamizar a produção.

Também a articulação com as autarquias, que temos tido cada vez mais, é importante, como no caso dos mercados locais. Nós falamos muitas vezes em competitividade, mas a competitividade pode ser a nível global e pode ser a nível local. E aqui as autarquias são importantes. Tenho tido reuniões com bastantes autarcas e realmente mostram muito interesse na agricultura, e acho que cada vez se sente mais que a agricultura é importante na atividade económica e para fixar populações.

Todos os terrenos do Estado que estejam disponíveis, faz todo o sentido disponibilizá-los a quem os queira utilizar e a quem queira ter uma atividade agrícola. A nossa visão é que em oito anos deveríamos atingir um nível de autossuficiência alimentar em termos

“Tem de haver espaço para três coisas: exportação, circuitos mais clássicos de distribuição e circuitos locais. E não têm necessariamente de se excluir.”

A Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA) foi constituída em 15 de novembro de 2011, através de um despacho conjunto do Ministério da Economia e do Emprego (MEE) e do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), com o objetivo de promover «a análise das relações entre os sectores de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas, com vista ao fomento da equidade e do equilíbrio na cadeia alimentar». É composta por doze entidades dos setores público e privado.

de valor. Produção é outra coisa, mas em termos de valor devíamos atingi-la. Para chegar lá, temos que passar por produzir, por ter concentração da oferta, e por ter cadeia alimentar. Claro que na base disto tudo estão os jovens, que também deve ser um critério de prioridade para aceder a este tipo de terrenos.

Mas aquilo que se regista é uma diminuição da população agrícola enquanto que as zonas rurais têm cerca de 40% da população nacional. Como pode a agricultura ser um contributo para dinamizar outras atividades nesses territórios?

Exato. Até, posto ao contrário, realmente não há omeletas sem ovos. E como é que se vai ter um mundo rural e um tecido rural sem ter lá os agricultores? Isso foi uma questão que foi sempre posta e colocada. Para já, a agricultura tem uma relação muito dual com uma série de outras áreas, como o ambiente. Se por um lado é uma atividade económica e pode poluir, por outro traz efeitos positivos. Por exemplo, as pastagens permanentes têm um grande sequestro de carbono. A floresta, a



reflorestação, têm um impacto positivo no ambiente que deve ser tido em conta. E a agricultura tem também um impacto importante por, ao ser uma atividade económica que é a atividade coração das zonas rurais, ter atividades conexas, como o agroturismo ou o artesanato. Portugal tem a grande vantagem competitiva, que tem de ser explorada, de ter tradição e qualidade. Nem todos os países da União Europeia têm a tradição e a qualidade que nós temos, e isso permite ter diferenciação de produtos agrícolas, permite utilizar formas de produção quase artesanais, industrializá-las e vendê-los. Temos queijos de denominações de origem de alta qualidade, temos produtos manufaturados ou tudo o que seja produção de alimentos com um cariz tradicional. É algo que a Dinamarca ou a Suécia ou outros países do Norte não têm a mesma sorte de ter, esta multiplicidade... Basta dizer que somos o país que tem mais denominações de origem na União Europeia. Portanto, isto permite vender, não só produção, mas vender território.

“a articulação com as autarquias, que temos tido cada vez mais, é importante, como no caso dos mercados locais. Nós falamos muitas vezes em competitividade, mas a competitividade pode ser a nível global e pode ser a nível local.”

Revela dar muita importância aos circuitos de comercialização. Mas a concentração da distribuição exclui em parte os pequenos produtores. É uma inevitabilidade ou há forma de lidar com isso?

Tem de haver espaço para três coisas: exportação, circuitos mais clássicos de distribuição e circuitos locais. E não têm necessariamente de se excluir. Aliás, penso que a sociedade e o consumidor começam a estar cada vez mais atentos aos produtos de época, cada vez há mais estudos nutricionais que mostram a qualidade do produto de época. Começam também a estar mais atentos ao impacto que pode ter um produto que viaja milhares de quilómetros em relação a um produto que viaja quinhentos metros, ou um quilómetro, a nível ambiental e de alterações climáticas. Cada vez mais há uma procura daquilo a que os franceses chamam de produtos do *terroir*. Começam a haver cada vez mais pequenas feiras em centros urbanos. Ao mesmo tempo que se tem os supermercados a avançar com os produtos de marca branca, parece que começa a existir um ressuscitar do comércio local.

Portanto, esta compatibilização de vários tipos de circuitos é aquilo que pode criar sustentabilidade nas explorações, através dos circuitos curtos?

Exatamente. E o comissário europeu também fala muito da competitividade global e local. E no futuro da Política Agrícola Comum haverá também apoio à criação das chamadas cadeias curtas de comercialização, seja do produtor diretamente ao consumidor, seja do produtor através de mercados locais. Isto será um caminho importante, e provavelmente nunca deixou



de o ser, mas temos de sistematizar e acarinhar este tipo de cadeias.

Nas cadeias mais clássicas, parece-me que há três níveis de ambição que temos de ter: primeiro, de diálogo; e a criação da Plataforma veio ajudar. Temos representantes da produção, da transformação e da distribuição. Segundo, a transparência nos preços que são operados ao longo da cadeia agroalimentar. Terceiro, a repartição do valor ao longo da cadeia agroalimentar. E é obvio que quando temos 200 ou 300 mil agricultores de um lado e três ou quatro cadeias de supermercados do outro (e estou a falar da União Europeia, não necessariamente de Portugal), temos sempre um número atomizado de agentes em relação a um número muito pequeno de operadores. Portanto, é importante procurar aqui um reequilíbrio. Como? Há diferentes formas. E aqui a Comissão Europeia está a fazer um trabalho no leite, com contratos obrigatórios, com a possibilidade de ter mais transparência nos preços e a estimular a criação de organizações interprofissionais, que englobam produtores, transformadores e distribuição. Nós podemos olhar para esses exemplos, para o exemplo inglês, que tem códigos de boas práticas comerciais, ou para o exemplo francês, que tem legislação coerciva em termos de prazos de pagamento, e procurar mais nessas três óticas: diálogo, transparência e equilíbrio na distribuição de valor ao longo da cadeia agroalimentar.

O projeto da Comissão Europeia para a nova PAC também reafirma a importância da diversificação das atividades no meio rural através do LEADER, reforçando a sua importância. Essa abordagem continua a fazer sentido na realidade portuguesa?

Continua. A Abordagem LEADER é importante enquanto agente dinamizador. Embora tenhamos de discutir com o setor o futuro do desenvolvimento rural, na minha opinião, o LEADER tem de estar entrosado com a agricultura e não separado. Não tem de ser visto como uma abordagem de

“faço também um apelo ao próprio setor, na discussão do Programa de Desenvolvimento Rural que estamos a ter e que vai estar consolidada no primeiro trimestre de 2012, para avançarmos e para não termos uma aplicação tardia do próximo plano”

atividades desconexas do setor agrícola. Têm de estar entrosados. E as reuniões que tenho tido com agentes e associações do LEADER mostra essa vontade de poder ajudar a agricultura. Portanto, acho que teremos de falar mais no futuro acerca de como entrosar todas estas atividades na agricultura.

Apesar das melhorias registadas nos últimos tempos, ainda há alguma sensibilidade relativamente a excesso de burocracia nos processos de desenvolvimento rural. O governo ainda vai agilizar esses processos com os atuais programas ou vai esperar pelos próximos?

Primeiro, sobre o conceito de simplificar, nós vamos perseguir esse conceito até ao fim. Não só no Programa de Desenvolvimento Rural mas também em toda a legislação do Ministério da Agricultura. Temos como plano para 2012 fazer o que os ingleses chamam de *stream line*. Olhar para toda a legislação e ver onde é possível simplificar. A par dos objetivos de produzir, concentração da oferta e desenvolvimento da cadeia agroalimentar, estará um que é simplificar, e esse é horizontal a tudo. E não só simplificar, mas também comunicar melhor. Se eu não perceber uma carta que é enviada pelo IFAP ao agricultor, provavelmente há um problema na forma que nós temos de comunicar. Portanto, simplificação e comunicação têm de estar na ordem do dia.

Já estamos a fazê-lo. Por exemplo, no regime de licenciamento pecuário

criámos um grupo de trabalho para rever e prolongar o sistema, e prolongámo-lo durante 18 meses, na ótica de simplificar procedimentos. Para o plano de desenvolvimento rural pós-2013, um dos objetivos vai ser ter menos medidas, mas medidas mais abrangentes e mais simples. Na elegibilidade e na sua execução. Não tem sentido que um agricultor ou futuro beneficiário, um empresário agrícola, tenha de procurar uma empresa consultora no momento em que vê as regras de elegibilidade. Deverá poder fazê-lo como alternativa, mas não deve necessitar da consultora para perceber uma medida, e aí acho que tem de haver uma clara simplificação. Aliás, não tem sentido que Portugal tenha um dos sistemas mais complexos da União Europeia. Nós temos cerca de 50 medidas. Não tem sentido. É verdade que temos uma agricultura diversa, mas parece-me que temos que fazer aqui um trabalho claro de redução de medidas, para ter medidas mais abrangentes e simples. E aqui faço também um apelo ao próprio setor, na discussão do Programa de Desenvolvimento Rural que estamos a ter e que vai estar consolidada no primeiro trimestre de 2012, para avançarmos e para não termos uma aplicação tardia do próximo plano. Precisamos de algum pragmatismo dos próprios setores e das regiões, porque se cada uma pede uma medida, acabamos em 50 outra vez.

Em relação ao que está, é importante ter noção que o PRODER atual está já 90 por cento comprometido. Comprometido significa contratualizado com os agricultores. Portanto, não parece que tenha assim tanto sentido estar a criar perturbações nas elegibilidades. Vamos ter de deixar correr o programa como está. Enfim, em relação aos bloqueios, tentaremos desbloquear, mas tem mais sentido concentrarmos as nossas energias no próximo programa e fazer um programa simples.

E podem os portugueses ter esperança que, no futuro, teremos um mundo rural mais sustentável em termos económicos, sociais e também ambientais?

Podem. Não só podem como devem. Porque aqui há responsabilidades de todos. Dos agricultores, que nunca deixaram de lá estar, e terão, claro, a responsabilidade de produzir. Os governantes terão a responsabilidade de dirigir o apoio público da melhor forma e também de uma forma simples. Não estar no caminho do agricultor, mas ao lado dele.

A sociedade também tem um papel: consumir produtos portugueses, consumir produtos locais, consumir produtos de época. A sociedade, o consumidor, ao fazer isso está a contribuir também, a ajudar a nossa economia. E, portanto, há aqui um trabalho para todos e uma responsabilidade para todos.



Coragem para apostar na agricultura

Quando me foi solicitado que escrevesse um artigo sobre os temas Agricultura e Desenvolvimento Rural, desde logo aceitei. Aceitei porque acredito, porque necessito e porque vivo de e para o binómio Agricultura/Desenvolvimento Rural.

A Agricultura por muitos de nós é amada, por alguns desprezada, mas para todos é necessária e vital.

Esta região onde orgulhosamente sou agricultor, infelizmente, e à semelhança de grande parte do nosso Portugal, é uma região onde muitos dos campos foram desativados, sem pessoas e sem culturas, cenário esse motivado por sucessivas políticas agrícolas nacionais desastrosas do ponto de vista da sustentabilidade produtiva, social e económica, às quais as populações rurais são alheias.

Políticas feitas por uma autoaclamada elite de intelectuais, que se refugiam e escudam as suas ações numa

Bruxelas distante e sem rosto, que não sabem de que é feita essa essência de fazer parte do Mundo Rural, produzir, gerar, criar, o cheiro da terra lavrada, o cheiro da erva cortada, o cheiro do restolho dos cereais, o gosto pela criação dos animais, o orgulho de alimentar as populações, de povoar e preencher o espaço rural.

De há alguns anos a esta parte, temos assistido a uma divulgação de uma série de conceitos mercantilistas para o conjunto da economia, em particular para a problemática da agricultura, com consequências graves para a situação económica e social do país. Evoca-se a torto e a direito termos como “deixar vigorar as leis dos mercados”, “a importância da produtividade” e “os interesses dos consumidores” para justificar a importação de produtos agrícolas, muitos oriundos de fora da UE, sem controlo nem respeito pelas normas ambientais e sanitárias. A concretização deste

objetivo, por parte de grandes interesses económicos ligados à importação de produtos agrícolas, conduziu à atual situação do país, que não chega a produzir metade das suas necessidades em produtos agroalimentares.

O alheamento de alguns responsáveis políticos e técnicos da importância do tecido económico rural, como fator de criação de valor acrescentado na economia, é lamentável. É, deste modo, importante que as nossas atividades rurais não sejam encaradas como atividades económicas marginais e sem interesse.

Do que todos necessitamos é de quem tenha uma visão clara sobre a importância económica, social, ambiental e sustentável do espaço rural. As populações rurais têm de merecer o respeito da sociedade pelo grande contributo que dão, impondo-se que seja recompensado quem trabalha fora dos grandes centros populacionais, com decisões

administrativas públicas que incentivem a sua atividade e não decisões políticas que têm levado ao abandono do interior de Portugal.

A coordenação a nível regional entre as várias políticas regionais é essencial. Convém aqui frisar a larga experiência das ADL, que ilustra claramente que o êxito dos projetos, depende para além de uma boa gestão, do fator proximidade e conhecimento local dos mais diferentes atores dos meios rurais.

Precisamos de bons interlocutores para estarem ao serviço das zonas mais frágeis e vulneráveis. A integração de todas as características deste tipo de metodologia – da base para o topo, territorial, parceria, abordagem integrada – torna-a mais apta e eficaz para fazer face à diversidade crescente que caracteriza estas regiões.

Do ponto de vista estratégico pode dizer-se que o associativismo é fundamental, com as inerentes parcerias, quer seja no plano empresarial de promoção, quer seja de índole endógena e/ou exógena, passando pela participação e envolvimento das populações e recursos locais.

Convém realçar que a agricultura para muitas áreas rurais não é a única, nem sequer a principal, base económica e de desenvolvimento. Outras opções vão sendo postas em prática e com resultados bastante positivos. Mas estas não devem, nem podem, ser descontextualizadas do desenvolvimento social nem da

procura e da oferta de uma diversidade de serviços a prestar à população.

A estratégia terá que passar por um conjunto de ações que visem estimular o aparecimento de iniciativas que contribuam para a melhoria da competitividade territorial, que promovam e originem valor económico a recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis, como são os casos dos nossos recursos naturais, património histórico, saberes e sabores tradicionais, entre outros. Estas estratégias terão de ter no seu horizonte um desenvolvimento económico sustentável, apoiadas no empreendedorismo para contribuir para uma economia mais dinâmica.

Ao mesmo tempo que as zonas rurais são chamadas a intensificar os seus esforços para cumprir os ambiciosos objetivos climáticos, energéticos e a estratégia para a biodiversidade, será também essencial tirar o máximo partido do potencial diversificado destas zonas e contribuir, assim, para um crescimento inclusivo e para a coesão.

Finalmente, quero acreditar que estamos num ponto de inflexão, num ponto de viragem. Durante estas décadas muitos de nós foram ficando pelo caminho, mas ainda restamos aqueles que pelos mais variados motivos fomos ficando por cá, que fomos investindo, produzindo, criando, acreditando e habitando este espaço que se diz rural. Assim peço-vos hoje que façam aquilo que nós, populações rurais, sempre fizemos, não baixem os braços, acreditem. Acreditem em nós, nas nossas produções, na qualidade das mesmas, comprem aquilo que é nosso.

Tenham coragem de o fazer, porque nós tivemos a coragem de por cá ficar.



António Martins Bonito
Engenheiro Agrónomo,
Presidente da ADER-AL.

PROTAGONISTAS DA ÁREA DA AGRICULTURA

- 1 Como avalia o impacto da evolução da agricultura nacional nos territórios rurais?
- 2 Que ligações se devem estabelecer entre a agricultura e
- 3 Como poderá a nova PAC dar



Fernando Sieuve de Menezes

1 A nível nacional, assim como nos Açores, a agricultura não tem nenhum impacto evolutivo positivo. Ela vem de uma recessão muito grande, com o abandono que houve da agricultura, que foi de certa forma negligenciada com a entrada de Portugal na CEE. No último quadro comunitário regressou-se à agricultura, mas numa altura em que já muito do meio rural estava abandonado e com uma agricultura bastante reduzida. É marcante esta recuperação atual, e não podia deixar de dizer isto para percebermos de onde partimos, tendo em linha de conta que muitas das pessoas que hoje estão na agricultura são pessoas que antes não tinham qualquer ligação com ela. Também é de referenciar que nesta agricultura que está agora a emergir existem empresas viradas para a exportação, tanto na fruticultura como na horticultura de grande qualidade. Tudo isto são evoluções positivas na agricultura que são marcantes em termos de recuperação de todo o impacto inicial da entrada na comunidade, que causou essa desertificação que referi.

2 A agricultura no meio rural é o centro da atividade. Nós temos o programa LEADER, que é um programa excelente, no sentido de apoiar e desenvolver atividades nas zonas rurais, complementares à agricultura, que permitem melhorar os rendimentos das famílias envolvidas na agricultura. Como não podia deixar de ser, a atividade agrícola é o cerne e o centro do desenvolvimento de outras pequenas atividades. Isto é extremamente importante para fixar pessoas, para fazer retornar as pessoas às zonas rurais abandonadas. Este esforço que o LEADER tem tido tem tido um

papel muito importante em todo o país, incluindo Madeira e Açores.

3 A primeira questão é a seguinte: a Comunidade Europeia cometeu um erro gravíssimo ao abrir as fronteiras da forma como o fez. Porque todos os produtos importados da agricultura de outros países que não sejam da Europa não obedecem aos critérios que são exigidos aos agricultores europeus. Se não obedecem aos mesmos critérios de sanidade dos produtos vegetais, dos animais, da segurança social dos intervenientes, dos atores que trabalham na agricultura, têm um custo muito mais baixo de produção do que na Europa. Ora isto é uma concorrência absolutamente desleal. Eu considero que o contributo da PAC para a agricultura europeia tem sido muito bom, principalmente para os países do sul. É importante referir que, mesmo contra ventos e tempestades, nós conseguimos ter níveis de produção que estão a subir atualmente em toda a Europa. Principalmente em Portugal está a ser feito um esforço muito grande e fico absolutamente espantado como é que é possível, perante uma concorrência tão desleal, continuarmos a negociar assim. Por outro lado, a PAC não tem dado um bom contributo à agricultura em algumas áreas como, por exemplo, as quotas de leite, que têm dado imensos problemas.

Fernando Sieuve de Menezes é Presidente da Direção da Frutercoop e Diretor da GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional.



Manuela Sampaio

1 À semelhança do resto do país, as políticas agrícolas do passado levaram ao abandono da atividade agrícola na Península de Setúbal. Como consequência, assistiu-se ao envelhecimento da população agrícola, já que não havia incentivos para os jovens continuarem essa atividade. Esta situação levou ao abandono das explorações e consequente facilitação da especulação imobiliária. A paisagem do campo evoluiu para uma urbanização desordenada, sem alma, que foi alastrando em mancha de óleo. Isto trouxe consequências a todos os níveis: sociais, ambientais e económicos. As pessoas deixaram de se identificar com o espaço que habitam: por um lado os que se instalam de novo não têm aí as suas raízes e os que já lá moravam vêm a sua terra descaracterizada. Do ponto de vista ambiental são utilizadas terras férteis para a construção civil. Por outro lado, os territórios que dependiam da agricultura tornaram-se economicamente fragilizados. A oportunidade de trabalhar na agricultura tornou-se mais sazonal, havendo poucas alternativas. No caso específico da Península de Setúbal houve alguns setores que conseguiram minorar esta tendência. O principal foi, sem dúvida, o vinho. Os produtores apostaram nos produtos de qualidade, reconverteram a vinha, modernizaram as adegas e apostaram na formação dos seus filhos. O resultado foi uma atividade dinâmica e competitiva que emprega muita gente na agricultura e que influencia todo o desenvolvimento rural do território, nomeadamente ao nível do turismo. Outro setor muito empreendedor é o das flores. Os nossos produtores souberam encontrar mercados para a colocação

da sua produção e exportam mais de 90 por cento do que produzem.

2 Penso que o mundo rural existe enquanto houver agricultura e vai evoluindo em função desta. Não existe agroturismo ou enoturismo sem explorações agrícolas e os produtos gastronómicos diferenciadores dependem da produção local. Por exemplo, o Queijo de Azeitão, reconhecido internacionalmente como um produto *gourmet*. Não poderia existir sem as nossas ovelhas e as pastagens. O desenvolvimento rural deve apoiar as atividades que decorrem da agricultura local, quer seja pelo desenvolvimento e promoção dos produtos gastronómicos de qualidade, quer pela aposta no turismo.

3 A aplicação da nova PAC tem de começar pela concepção duma estratégia local que tenha em consideração as características e os recursos dos territórios e que concorra para as estratégias definidas a nível nacional e europeu. Os objetivos devem estar baseados numa atividade agrícola forte e sustentável, que mantenha as pessoas nos territórios rurais. Com a aplicação desta nova PAC temos a oportunidade de não voltar a cometer erros do passado, em que as orientações a nível nacional ignoraram as realidades locais, impondo de Norte a Sul do país o mesmo modelo de desenvolvimento, não tendo em atenção as grandes diferenças que existem a nível local, nos recursos, potencialidades, divisão da propriedade, localização, etc.

Manuela Sampaio é Coordenadora da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal.

RESPONDEM A TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

as restantes atividades do mundo rural?
um contributo para potenciar essas relações?



Tomaz Ponce Dentinho

1 A evolução da agricultura nacional depende em larga medida da dinâmica dos mercados externos, fortemente influenciados pela dinâmica dos países emergentes e pela Política Agrícola Comum. O impacto desta evolução nos territórios rurais do país é muito variável pois o espaço português é muito diversificado não só em termos agrícolas mas também no que se refere ao conhecimento e cultura do agros. Há espaços que souberam aumentar a sua produtividade embora grande parte valor criado seja captado por agentes externos às regiões agrícolas. Há zonas que ficaram abandonadas e que perderam o capital humano e social de resiliência como terá acontecido em algumas zonas do interior cuja economia depende apenas das transferências públicas do exterior. Há municípios e aldeias que nem as transferências unilaterais conseguirão manter. E há finalmente espaços que conseguiram enraizar cadeias de valor competitivas no domínio da fruticultura, horticultura, viticultura e silvicultura.

2 A multifuncionalidade do espaço rural não quer dizer multifuncionalidade dos agentes. Embora o mesmo espaço rural possa ser multifuncional, uma mesma pessoa não pode ser boa a fazer tudo: turismo rural, agricultura competitiva, gestor de água e de biodiversidade, apicultor, recoletor de caracóis, caçador, agroindustrial, produtor de energias renováveis e educador ambiental. Para além do mais cada uma destas atividades tem escalas diferentes de serviço. A solução é ter regras estáveis e promover um ambiente de confiança de forma a que os vários agentes possam promover o desenvolvimento

sustentável de cada sítio. E como o desenvolvimento associado a recursos naturais tem a ver com valor e rendas, a afetação deste valor e destas rendas não é matéria para descurar.

3 A nova PAC tem que desligar as indemnizações compensatórias da produção, ter indemnizações compensatórias que não alterem a concorrência entre produtores e ter pagamentos ligados a indicadores claros: i) a pegada de carbono, porque tem a ver com outros serviços ambientais (biodiversidade, água,...), é comumente aceite por todos e pode ser definida a nível europeu; ii) o emprego exportador, porque é o que tem a ver com o desenvolvimento económico e social ao nível local. Mas o fundamental é assumir que os recursos naturais e as rendas que eles geram sejam propriedade do espaço rural. Se assim não for continuaremos a ver a renda da água, da biodiversidade, da energia, da paisagem e da cultura ser canalizada para a Empresa de Águas, para as Universidades, para a EDP, para os operadores turísticos e para os dependentes da cultura sem que nada se crie no mundo rural. E também sem que esses mesmos recursos sejam geridos de forma sustentável porque não há ninguém que, de perto, sinta o seu valor.

Tomaz Ponce Dentinho é Coordenador do Grupo para o Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade dos Açores e Presidente da Direção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.



João Machado

1 O desenvolvimento da atividade agrícola é fundamental para a sustentabilidade das zonas rurais, quer do ponto de vista socioeconómico quer numa perspetiva puramente territorial. Sem atividade agrícola torna-se praticamente impossível evitar o despovoamento do interior do país, assim como o aumento exponencial do risco de incêndios florestais. Por outro lado, a atividade agrícola contribui para recuperar e desenvolver a economia nacional, atenuando o desemprego, aumentando as exportações e substituindo as importações. No entanto, não podemos acreditar que as populações rurais subsistem se lhes retirarmos a assistência médica, as escolas e a segurança.

2 A atividade agrícola contribui para dinamizar as economias regionais, nomeadamente utilizando os produtos e os serviços disponibilizados por empresas locais e, assim, incorporando valor nacional na sua produção. Como contrapartida, seria importante que as estruturas comerciais locais pudessem absorver a produção agrícola nacional. Mas, naturalmente, para que isso aconteça é necessária população rural que adquira localmente os produtos, o que implica inverter a lógica de deslocamento das populações para o litoral do país.

3 A PAC poderá contribuir para que os agricultores portugueses tenham condições idênticas às dos seus colegas de outros países europeus, competindo num mercado inevitavelmente aberto. A Política Agrícola Comum poderá e deverá dar um contributo para que, neste caso, os setores transformador e distribuidor do nosso país, tal como dos restantes

países europeus, não tenham motivos para importar de outras partes da Europa ou do Mundo o que podem produzir localmente, com inequívocas vantagens em termos de redução da pegada de carbono, nomeadamente tendo em conta as implicações associadas ao transporte global dos produtos.

João Machado é Presidente da Direção da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal.



Reflexões sobre o futuro da PAC pós-2013

Qualquer agricultor, ao produzir alimentos ou outras matérias-primas a partir da natureza, impacta num vasto conjunto de realidades de carácter económico, social, ambiental, ecológico, energético e cultural; com repercussões, por exemplo, no emprego, biodiversidade, solo, água, emissão de gases com efeito de estufa, fixação de carbono, clima, eficiência energética, tipo de energia, fogos, paisagem, tradição... Este impacto pode ser muito diferente de caso para caso, de agricultor para agricultor (positivo, negativo, neutro, cumulativo, etc.). A estes efeitos colaterais chamamos bens públicos. Equivalendo a agricultura ao conjunto das atividades agrícolas, pecuárias e silvícolas, na ótica das prestações referentes aos bens públicos, os vários modelos de produção arrumam-se entre dois polos extremos. No lado

das melhores prestações globais, encontra-se a agricultura biológica, estando a agricultura superintensiva convencional no extremo das prestações negativas globais. Entre estes dois polos existe um grupo de modelos sustentáveis, que de uma forma geral aportam prestações positivas aos bens públicos, pois produzem menos, mas melhor. Entre eles, os modelos de produção integrada, a exploração de montados com pecuária extensiva, a sementeira direta, as pastagens permanentes e um vasto conjunto de modelos agroecológicos. Como ainda, um grupo de modelos não sustentáveis, responsáveis por um conjunto de custos reais para a sociedade que não são contabilizados no custo dos produtos que geram, ou seja, que têm prestações negativas nos bens públicos, como a agricultura dependente de agroquímicos derivados

do petróleo, a monocultura, a utilização de OGM (Organismos Geneticamente Modificados), ou seja, a agricultura intensiva em geral, dominante no setor atual.

É também um facto que estas questões fazem parte de uma complexa teia de problemas e ameaças que alcança hoje, segundo a comunidade científica, uma dimensão com a qual a humanidade nunca se deparou. Apesar dos francos progressos verificados em algumas áreas do planeta em termos de melhoria de condições básicas de vida, a realidade mostra-nos de uma forma clara que não é possível perdurar com o modelo atual. Apenas como exemplos, a existência de mil milhões de pessoas com fome, a dimensão e origem da crise económica global, o facto do índice que mede a riqueza biológica da Terra ter decrescido 30 por cento nos últimos 35 anos comprometendo

seriamente o funcionamento dos ecossistemas, a crescente irregularidade climática provocada pela alteração antropológica do clima, a delapidação cega de recursos como o solo, a água, a biodiversidade, o petróleo...

Por outro lado, é evidente o elevado grau de insegurança alimentar observado a nível comunitário e global. Esta manifesta-se atualmente através de duas vias principais: a escassez e o baixo valor nutritivo dos alimentos, acompanhados pelos efeitos negativos provocados na saúde pela alimentação. Fome e comida barata sem qualidade são os dois polos da insegurança alimentar vigente. Este défice no acesso a recursos alimentares imprescindíveis resulta do modelo dominante (não sustentável) de produção-distribuição-consumo, caracterizado pela competitividade e

pelo benefício imediato, num mercado global, regulamentado por mais de cem formas diferentes e onde nem todas as regiões têm, à partida, a mesma capacidade de produção. É importante não esquecer que o clima mediterrânico é o único clima no mundo que tem um verão seco, o que não lhe permite produzir tanto como a maioria dos outros.

É igualmente importante ter consciência de que o desempenho das atividades agrícolas assume um papel fulcral na resolução de todos estes problemas, pois é no campo e nos oceanos que se joga grande parte do futuro da humanidade, sendo ainda numa nova relação com o território, com o mundo rural, enquanto ocupação e utilização do mesmo, que se pode encontrar uma solução holística para o tremendo desafio com que nos deparamos.



Neste quadro, a Comissão Europeia propõe uma Política Agrícola Comum (PAC) pós-2013 mais forte, caracterizada por maior legitimidade, equidade e eficácia. Que reconheça, principalmente, a especificidade de cada território e promova o seu equilíbrio, a segurança alimentar, a equidade entre agricultores, a viabilidade económica de um espectro diverso de explorações, incluindo as pequenas unidades, bem como a sustentabilidade ambiental e a redução dos efeitos nas alterações climáticas. Para tal, os apoios devem gradualmente deixar de suportar economicamente os modelos não sustentáveis e passar a remunerar corretamente os bens públicos produzidos pelos modelos sustentáveis. O desafio é político e não apenas técnico. O impacto é considerável mas inevitável, sendo os ganhos a médio e longo prazo incomparáveis, assim exista orçamento e vontade política. São momentos de mudança e não de sucessão, em que, como dizia E. F. Schumacher, devemos fazer o que há que fazer e não o que se pode fazer.

O primeiro pilar

O primeiro pilar deve deixar de uma vez por todas de manter os modelos agrícolas que fazem parte do problema, para passar a apoiar, apenas, os modelos que participam na solução, ou seja, os modelos agro-ecológicos pautados pelo princípio da precaução, pela

ecoeficiência, pela utilização funcional dos ecossistemas (através da multiatividade) pela multifuncionalidade, pela criação de emprego, pela saúde pública, pelos circuitos curtos, justos e transparentes, e pela manutenção da diversidade cultural e territorial. As diferentes facetas previstas para este pilar – equidade, pagamentos complementares ambientais (*greening*), *capping*, pagamentos ligados à produção, pequena agricultura – devem perseguir fundamentalmente o princípio atrás enunciado, obrigando a ser abandonados, gradualmente mas consistentemente, os apoios aos modelos agrícolas que não gerem, na globalidade, bens públicos sociais, territoriais e ambientais.

É fundamental aplicar corretamente o *greening*, por forma a contribuir efetivamente para a georeferenciação da economia. O facto dos bens públicos ambientais não serem na atualidade remunerados pelo mercado torna esta questão essencial, visto que os apoios passam a ser a remuneração quase exclusiva. Quando incorretamente atribuídos, o efeito pode ser muito distorcido, penalizando duplamente os modelos agrícolas que verdadeiramente aportam valor ambiental positivo: o apoio é menor e tornam-se menos competitivos no mercado. Esta questão é crítica, atendendo à sua importância face à dificuldade de operacionalização,

contraposta pela necessidade de simplificação dos mecanismos de atribuição e controlo dos apoios.

O segundo pilar

O segundo pilar assume neste contexto uma importância extrema enquanto política de incentivo e orientação na conversão dos modelos agrícolas. Não deve por isso ser reduzido em favor do primeiro. A flexibilidade que cada estado membro irá deter na construção destes apoios é ao mesmo tempo uma oportunidade e uma ameaça. Urge aprender com os erros das políticas de desenvolvimento rural estabelecidas nos últimos quadros comunitários, com especial destaque para o último. Os apoios direcionados para os modelos sustentáveis – como a agricultura biológica, a proteção integrada, a pecuária extensiva, a agricultura de conservação – devem ser efetivos. O que requer, entre outras condições, o real envolvimento e capacitação das instituições governamentais. A criação de mercado, essencialmente através da informação dos cidadãos, a garantia da credibilidade dos sistemas de certificação e a regulamentação do setor ao longo da cadeia produção-consumo são fundamentais para que os apoios cumpram os objetivos pretendidos. O incentivo à inovação é especialmente importante neste contexto.

Os modelos sustentáveis de agricultura estão na base do desenvolvimento rural e da ocupação do território. Na verdade, só em função de um modelo perdurável de relacionamento com cada ecossistema concreto é possível dimensionar eficientemente a comunidade humana que o deve habitar. A viabilidade económica destes modelos requer o justo pagamento dos bens e serviços que aportam à sociedade. O mercado liberalizado é indiferente a tudo o que não é pragmaticamente mensurável, o que os torna inviáveis quando valorizados apenas pelo mercado. É esta a causa principal do desaparecimento quase total dos modelos de agricultura sustentável que permitiram o desenvolvimento do nosso país, até há cem anos. Estes promovem a fixação da população no espaço rural, e a partir daí geram as mais diversas dinâmicas, multifuncionais. Devem, por isso, não ser descurados os apoios a atividades complementares e paralelas à produção agrícola, como a transformação, comercialização, serviços turísticos, serviços ambientais, energia... De facto, as medidas de desenvolvimento rural do segundo pilar da PAC devem ser devidamente articuladas com as demais políticas de ordenamento do território, como educação, saúde, transportes, fiscalidade...

A investigação agrária não pode ser abandonada ao

mercado, pois o seu adequado contributo é fundamental para o desenvolvimento harmonioso da humanidade. Assim sendo, o contributo da PAC, assim como de outras políticas previstas no quadro financeiro plurianual, não pode ser descurado. Questões como a evolução na quantificação das prestações de bens públicos de cada modelo, a viabilização das economias rurais num contexto regional e global, a evolução da segurança alimentar, o papel que a intensificação eco-funcional dos modelos agrícolas pode ter na cadeia alimentar, os sistemas agrícolas independentes de energia, a resiliência dos agro-ecossistemas face às alterações climáticas, são exemplos concretos de temas de investigação que deveriam estar suportadas num plano setorial, o qual incluía – para além da perspetiva multidisciplinar – a tecnologia, as políticas e as instituições. De lembrar, finalmente, quanto o apoio técnico e a extensão rural são elementos primordiais na conversão dos modelos de produção.



Alfredo Cunhal Sendim
Engenheiro Zootécnico,
Agricultor na Herdade do Freixo do Meio.



Há rural depois da agricultura?

Como referiu Fernando Oliveira Baptista num trabalho de 2006, o mundo rural em Portugal já não é predominantemente agrícola e, se ainda o é, é cada vez menos rural. Estas afirmações, devidamente fundamentadas em análises estatísticas, conduzem inevitavelmente a que se equacione o fim do rural tal como o conhecemos ainda não há muito tempo atrás (Figueiredo, 2011a).

Sabemos hoje que o rural de baixa densidade ocupa cerca de metade do território nacional. Como já referi em trabalhos e reflexões anteriores, trata-se de um mundo à parte, que as políticas de desenvolvimento económico e social, seguidas em Portugal, ao longo de muitas décadas, foram continuamente negligenciando e desqualificando. Esta situação conduziu a que estes territórios rurais possam ser

considerados *frágeis, periféricos e remotos* tanto do ponto de vista material como simbólico. São lugares quase vazios de serviços, de equipamentos, de infraestruturas, de atividades, de dinâmicas e, claro, de pessoas.

Do vasto conjunto de transformações, já bem documentadas e debatidas, que o mundo rural atravessa, destaca-se a perda de relevância económica e social da atividade agrícola, remetendo-o para uma espécie de *crise de identidade*. Neste rural que já está *depois da agricultura* (para usarmos a expressão de Marsden, 1995; 1998 e de Oliveira Baptista, 2006), que se encontra em grande medida despojado da sua *razão de ser* (Ramos-Real, 1995) vive-se num outro país. Um país no qual parecem restar os mais idosos, as paisagens que pouco a pouco se vão alterando mercê do abandono, as árvores, as

ervas e a solidão. Ao mesmo tempo, é sobre este *outro país* que se concentram crescentemente as procuras e os consumos dos urbanos, fazendo com que muito do mundo rural *sem agricultura* se encene e se reinvente para atrair visitantes e turistas, *“de passagem todos eles, em processos promovidos, quase sempre, por atores e agentes ‘de fora’”* (Figueiredo, 2011b) e assentes, muitas vezes, em produtos e atividades não locais contrariando, assim, todos os pressupostos e princípios que sustentam as políticas (nacional e europeia) de desenvolvimento rural.

É sobre este *outro país*, sobretudo na conjuntura de crise financeira e económica que atravessamos, que se têm concentrado recentemente discursos políticos sobre o *repovoamento agrícola e rural*, sobre a *dignidade* e a *humildade* do trabalho do campo, fazendo

lembrar outros discursos, de outras épocas, em que a miséria dominava a vida dos habitantes rurais, empurrando-os para fora das aldeias. Estes discursos ocorrem no mesmo momento em que o mundo rural deixou de ser mundo (para citar José Portela, 2003), ou seja, como referi, em que os territórios rurais se encontram despojados de quase tudo; no mesmo momento em que a agricultura que ainda é viável se concentra longe das aldeias e cada vez mais perto das cidades (ver Oliveira Baptista *et al.*, 2003). Estas palavras chegam-nos exatamente no mesmo momento em que nos territórios rurais se fecham escolas, centros de saúde, se implementa o pagamento de portagens em muitas estradas que a eles conduzem e se conhecem os resultados do último recenseamento geral da população que, entre outras

dinâmicas, nos mostram que o interior continua a perder gente.

Em partes deste país, continuamente inferiorizado pelas políticas nacionais de desenvolvimento, duas soluções têm vindo a ser apresentadas como possível panaceia: o turismo e a preservação do ambiente. Ambas decorrem em grande parte da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) em Portugal e do consequente reconhecimento, no contexto europeu, do papel residual da agricultura portuguesa. A esta, excetuando as bolsas de agricultura empresarial, resta encontrar os caminhos, bastante tortuosos, da multifuncionalidade e aos pequenos agricultores portugueses resta a função, fracamente remunerada, de produtores de bens ambientais ou de *jardineiros da natureza*.

É curioso notar que, apesar do declínio da atividade agrícola em Portugal, os programas e planos de política de desenvolvimento rural continuam a apostar fortemente neste sector. De facto, se tivermos em conta a avaliação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural, observamos a excessiva concentração e direcionamento para as medidas de apoio à atividade agrícola *convencional* que, segundo Batista e Figueiredo (2011) absorve mais de metade dos fundos totais disponíveis para o Desenvolvimento Rural, deixando menos apoiadas as outras atividades mais relacionadas como a desejável diversificação da base económica rural e com o objetivo da multifuncionalidade.

Não quero negar a relevância da multifuncionalidade e, sobretudo, a atual vocação das áreas rurais para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer e para a conservação da natureza e proteção do ambiente. Questiono, no entanto, a *bondade* e a real operacionalização desse discurso num contexto em que se tem generalizado a noção, e a sua materialização, de um mundo rural sem funções produtivas autónomas e, ao mesmo tempo, a ideia de um rural que sobrevive para ser consumido ou para ser palco de múltiplos consumos. Ou seja, como afirmámos noutros lugares, *“à monofuncionalidade (agrícola) e identidade assente nela que, durante séculos, marcaram o mundo rural parece hoje*

querer substituir-se uma certa esquizofrenia funcional sem que uma boa parte das áreas rurais possua os instrumentos e capacidades necessárias para lhe dar resposta” (Figueiredo, 2011a), essencialmente por falta de tempo de reflexão e maturação das consequências de um rural sem agricultura, mas também por falta de capital social local e de impulsos exteriores e institucionais eficazes, capazes de conduzir o rural para depois da agricultura.

Num contexto em que se discutem os termos de negociação da PAC para além de 2013, todas estas (e muitas outras, certamente) questões deverão ser equacionadas, sobretudo quando sabemos que é essencialmente sobre o I Pilar desta política que os esforços geralmente se concentram e que as decisões se fundamentam. Num país como Portugal, com as características e dinâmicas agrícolas e rurais que sugerimos antes, pensar o II Pilar – o desenvolvimento rural – implica maior articulação com outras estratégias nacionais (designadamente, mas não exclusivamente, as relativas ao ambiente e ao ordenamento do território),

maior flexibilidade nos canais de comunicação entre os vários atores e agentes sociais e institucionais, mais eficácia na divulgação das medidas e programas e na distribuição dos recursos financeiros e uma maior atenção às especificidades regionais e locais, quer na deteção dos constrangimentos, quer na elaboração e desenho das estratégias. Implica ainda que os diversos organismos, instituições, associações e agentes com interesse no desenvolvimento rural cooperem de forma transparente. Sem isso, corremos o risco de replicar os escassos resultados que têm tido os planos e as políticas de desenvolvimento rural em Portugal nas últimas décadas e de reforçar o esvaziamento dos territórios rurais.

Há rural depois da agricultura? Por certo. Vários rurais podem (alguns estão já a) emergir, com novas funções e novas formas de (re)qualificação, da crise de identidade com que atualmente aquele mundo se confronta. Mas para que isso aconteça é necessário reconhecer que uma boa parte desse rural é, já hoje, outra coisa (Oliveira Baptista, 2006), diferente da agricultura.

Referências bibliográficas

- Batista, P. e Figueiredo, E. (2011). Caminhos Possíveis do Rural em Portugal: As prioridades do novo programa de desenvolvimento rural. In: Figueiredo, E. (Coord. Geral); Kastenholtz, E.; Eusébio, M.C.; Gomes, M.C.; Carneiro, M.J.; Batista, P. e Valente, S. (Coord.) (2011). *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro*, Castro Verde: Editora 100Luz, pp. 275-290
- Figueiredo, E. (2011a). Um rural cheio de futuros? Figueiredo, e.; Kastenholtz, E.; Eusébio, M.E.; Gomes, M.C.; Carneiro, M.J.; Batista, P. e Valente, S. (Coords) *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro*, Castro Verde: 100Luz Editora: 13-46.
- Figueiredo, E. (2011b) *O Interior é outro país...* in Projeto Interiormente [<http://interiormente.org/?p=525>]
- Marsden, T. (1995). Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, 11, pp. 285-296.
- Marsden, T. (1998). Economic perspectives. In: B. Ilbery (Ed.) *The Geography of Rural Change* Harlow: Longman, pp. 13-30.
- Oliveira Batista, F. et al. (2004). Rural e Agricultura. Comunicação oral apresentada ao *II Congresso de Estudos Rurais – Espaços Rurais Periféricos*. Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores
- Oliveira Baptista, F. (2006). O rural depois da agricultura. In: Fonseca, M. L. (Coord.). *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Geografias de Turismo e Lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 85-100.
- Portela, J. (2003). Portugal-Chão: que futuro futurível? In: Portela, J. e Castro Caldas, J. (Eds.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, pp. 3-33.
- Ramos-Real, E. (1995). De la crisis a la regeneración rural. SPER (Org.) *Atas do III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa, SPER: 125-149.



Elisabete Figueiredo

Socióloga (ISCTE – IUL, 1989), doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente (Universidade de Aveiro (UAVR), 2003) é Professora Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, UAVR. É investigadora efetiva do GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança,

Competitividade e Políticas Públicas (UAVR) e investigadora associada do CETRAD – UTAD, Portugal] e do IBIMET – CNR, Itália. Desde abril de 2010 é membro do Grupo de Peritos do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), para o debate da PAC e do Desenvolvimento Rural no pós-2013.



Editado pela 100Luz, uma pequena editora de Castro Verde fundada em 2005, “O Rural Plural: Olhar o Presente, Imaginar o Futuro” é o primeiro livro de uma nova coleção, intitulada “Territórios de Mudança”. A coleção dirigida por Elisabete Figueiredo e Fernando Oliveira Batista pretende divulgar trabalhos sobre os palcos, os atores, os processos e as dinâmicas da mudança a vários níveis e escalas, visando dar a conhecer estudos nas áreas da Sociologia, Geografia, Antropologia, Planeamento Regional e Urbano, Ciências Agrárias e Florestais, Economia, Arquitetura, entre outras.

O Rural Plural foi organizado por Elisabete Figueiredo, que assegurou a coordenação geral, e por outros seis docentes e investigadores da Universidade de Aveiro, tendo recebido o apoio à edição da Universidade de Aveiro e da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

Os 33 textos publicados, de 53 autores, foram selecionados a partir das cerca de 100 comunicações apresentadas no IV Congresso de Estudos Rurais, realizado em 2010. Representando olhares diversos, os contributos reunidos neste livro apontam para as mudanças em curso nos territórios rurais, sobretudo em Portugal, mas também no Brasil e no México, demonstrando a pluralidade, a permanência e a relevância destes territórios, não apenas como objetos de análise, mas essencialmente como palcos de dinâmicas e iniciativas diversas protagonizadas por velhos e novos atores.

O livro encontra-se organizado em torno de cinco grandes áreas temáticas: Olhar os Futuros do Mundo Rural; Agricultura, Produtos Locais e Desenvolvimento Rural; Turismo, Património e Desenvolvimento Rural; Planeamento do Território e Políticas de Desenvolvimento Rural; Atores, Dinâmicas e Inovação em Meio Rural.

Apesar da sua diversidade teórica e metodológica, os textos apresentam alguns pressupostos comuns. A pluralidade contida no espaço rural, a perda de relevância económica e social da atividade agrícola ao longo das últimas décadas e as transformações de natureza social, económica, política e cultural levam os autores a considerar o Mundo Rural como um espaço transformado e em transformação, que enfrenta desafios e promessas de vida relacionados com as suas novas funções e vocações.

Os vários contributos presentes neste livro mostram um rural que não é homogéneo, apontando uma crescente diversificação, interna e externa, material e simbólica, que deve ser equacionada na imaginação dos seus múltiplos futuros.

O Rural Plural – Olhar o Presente, imaginar o Futuro, Territórios da Mudança
Coordenação de Elisabete Figueiredo
Vários autores

Páginas: 494
Editor: 100 Luz (Castro Verde)
Ano: 2011
PVP: 25,00 EUR

ROTA DO ALVARINHO, NÉCTAR SINGULAR DO VALE DO MINHO

► Monção ► Melgaço ► Parque Nacional Peneda Gerês ► Melgaço ◻



Casta Alvarinho

Na rota do Alvarinho – um verde branco de uma casta singular, de cor citrina, paladar leve e fresco e aroma frutado –, qualquer que seja o roteiro, é imprescindível visitar o **1 Paço do Alvarinho**, em Monção, e o **2 Solar do Alvarinho (Casa Mãe da Rota)**, em Melgaço.

Dois espaços de promoção e divulgação do Alvarinho, de excelência, onde poderá provar este famoso néctar, apreciando as diferentes marcas de Alvarinho produzido na sub-região de Melgaço e Monção, criada em 1908, aquando da delimitação da Região Demarcada dos Vinhos Verdes.

Um e outro, apoiados pelo programa LEADER, através da ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho, além de montra do Alvarinho, dispõem de informação diversa sobre este vinho e os seus produtores, organizam visitas guiadas pela região e ainda reúnem os melhores produtos locais, como mel, fumeiro e artesanato.

Qualquer um será, por isso, um bom ponto de partida para seguir a Rota do Alvarinho que convida a conhecer os locais de produção e, em simultâneo, Melgaço

e Monção – duas vilas com mais de 700 anos de história, ambas adornadas com magníficos castelos – onde a cultura do vinho recua até à segunda metade do século I a.C.

Implementada pela Câmara Municipal de Melgaço em parceria com diversos agentes locais, com o objetivo de, conjuntamente, fazer do Alvarinho um trunfo turístico da região, a Rota do Alvarinho consiste numa rede diversificada e integrada de aderentes.

Atualmente, além do Solar e Paço do Alvarinho, integram a Rota 11 adegas de quintas e produtores de vinho Alvarinho, 11 alojamentos e 11 unidades de restauração. Desta rede fazem parte também museus, centros de interpretação, espaços de comércio e empresas de animação turística.

E se a Casa Mãe da Rota e o Paço do Alvarinho são visita obrigatória, as adegas são a principal atração da Rota do Alvarinho. Se gosta de se inteirar de todo o processo de produção, observando como se faz o vinho, ou até mesmo participar, a época das vindimas constitui uma excelente oportunidade para rumar em direção a esta sub-região, inteiramente dedicada ao

cultivo da casta Alvarinho que aqui atinge o máximo das suas potencialidades, graças às características únicas da região.

Este é, sem dúvida, o momento alto de toda a propriedade que produz vinho e que mais gente atrai, mas a verdade é que qualquer altura do ano é boa para visitar Melgaço e Monção, onde se encontram os melhores alojamentos de ambiente familiar e os restaurantes são verdadeiros embaixadores da gastronomia minhota.

Em tempo de vindimas, ou não, não deixe de visitar uma das propriedades agrícolas nas quais se produz a casta Alvarinho, caso contrário irá arrepender-se... Entre as sete adegas de Melgaço aderentes da Rota, encontra-se a **3 Quintas de Melgaço**. Uma moderna unidade industrial em Ferreiros, Alvaredo, com 430 produtores associados, apoiada pelo LEADER II, que já viu distinguidas as principais marcas do seu portfólio de vinhos com medalhas de ouro e de prata.



Quintas de Melgaço

Com tempo, poderá sempre partir à descoberta de outros produtores-engarrafadores de Alvarinho, quer em Melgaço, quer em Monção, pois cada um está à sua espera, para lhe proporcionar um minicurso de iniciação à prova de vinhos, pelo que deverá aproveitar a ocasião para aprender e descobrir os segredos do Alvarinho.

Delimitada pelo rio Minho, fronteiro com a Galiza, e as belíssimas serras da Peneda e Soajo, com um vasto e



Quinta de Folga

riquíssimo património natural e paisagístico, a região convida também à descoberta de

castelos e fortificações, pontes romanas, monumentos megalíticos, Brandas e Inverneiras,



Paço do Alvarinho



5 Melgaço Radical

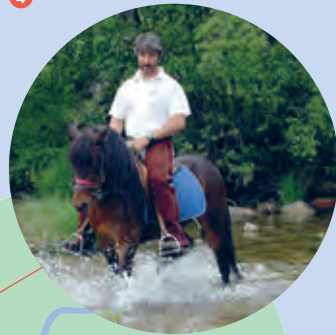


6 Centro de Artesanato Artes

as Pesqueiras do rio Minho e, naturalmente, do Parque Nacional Peneda Gerês.

Para os apreciadores dos passeios em contacto com a natureza, a **4 Ecotura** oferece passeios pedestres e equestres que convidam a conhecer esta área protegida, classificada desde 1971, reconhecida pela sua riqueza faunística e florística. Apoiada pelo LEADER+, a Ecotura orgulha-se de ter construído um projeto que caminha a par da sustentabilidade. “Divirta-se exigindo sustentabilidade” é o lema.

Ecotura
4



da prática dos desportos radicais, adequando os graus de dificuldade de execução às capacidades dos visitantes.

Antes ou depois de provar o único e incomparável Alvarinho, na Casa Mãe do Alvarinho, em pleno centro histórico de Melgaço, siga para Cerdedo-Prado e procure o **6 Centro de Artesanato Artes**. Um amplo atelier de artesanato e espaço de exposição e venda de bordados, mantas e tapetes em lã, etc., instalado numa casa típica rural, reconstruída com o apoio LEADER II.

De caminho, não vai querer perder a oportunidade de entrar na **7 Quinta de Folga**, em Alvaredo, para apreciar algumas das iguarias gastronómicas mais afamadas de Melgaço. Um projeto familiar, que também beneficiou do apoio LEADER+, dedicado à confeção dos produtos do fumeiro a partir da raça Bísara, onde não só é possível provar estes enchidos tradicionais, acompanhados de Alvarinho, como almoçar numa varanda de vista única.

Chegada a hora do almoço, poderá ainda optar por um dos restaurantes aderentes na vila ou tomar a N202, ao encontro do **8 Foral de Melgaço**, que além de um menu da cozinha regional minhota e excelente garrafeira de Alvarinho, oferece uma deslumbrante vista sobre o rio Minho.

Ainda em Melgaço, dê um salto ao **9 Núcleo Museológico “Memória e Fronteira”**, dedicado à história de Melgaço, relacionada com o contrabando e a emigração, dois fenómenos sociais marcantes na identidade deste concelho.

E porque o dia já vai longo, o melhor é deixar-se ficar... Para pernoitar, entre os oito alojamentos que a Rota “oferece” em Melgaço, porque não uma casa inserida num ambiente rural, rodeada por vinhas de Alvarinho, árvores de fruto e plantas aromáticas... Situada na encosta do rio Minho, a 4 km do coração

de Melgaço, a **10 Casa da Granja** (Turismo em Espaço Rural) permite uma excelente visão panorâmica de toda esta envolvente... É o momento ideal para saborear este néctar singular entre os vinhos verdes.

O Alvarinho deve ser consumido ainda jovem, realçando toda a frescura e o caráter da casta. Dadas as suas qualidades, este maravilhoso néctar exige que seja bebido fresco, a uma temperatura entre os 10 e os 12 graus centígrados, devendo ser arrefecido lentamente para que conserve o aroma e servido de preferência em “frappé”, com garrafa aberta vinte a trinta minutos antes de ser consumido.

Excelente para aperitivo, o Alvarinho acompanha muito bem marisco e peixe. Mas os produtores de Melgaço e Monção recomendam que seja acompanhado pelo bom fumeiro local, o cabrito do monte, o sável de escabeche, o salmão grelhado ou a lampreia seca grelhada ou frita com ovos.

Equilibrado, ímpar, original. Único no mundo. Assim é o Alvarinho. Dizem que é fruto do solo, do sol, do sofrimento, da sabedoria e do sossego. Cinco “s” para um vinho cheio de arte e de vida...



2 Solar do Alvarinho



10 Casa da Granja



ENTIDADE GESTORA DA ROTA

Município de Melgaço
Solar do Alvarinho
Rua Direita – Vila
4960-542 Melgaço

T. +351 251 410 100
T. +351 251 410 195
F. +351 251 402 429

www.rotadoalvarinho.pt
rotadoalvarinho@cm-melgaço.pt



Plântula

“O apoio do LEADER foi fertilizante para o jardim que todos os dias cuidamos.”

Carlos Costa,
promotor da Plântula

Na região do Oeste existem muitos hectares de espécies autóctones que têm sofrido um abate maciço, o que poderá resultar na sua extinção a médio ou longo prazo. A Plântula nasce para desenvolver um espaço em que essas espécies possam encontrar proteção, para serem depois transplantadas com o apoio de técnicos conhecedores das suas características.

Foi em 1996, através da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, que o projeto teve o apoio do LEADER II, visando a construção de uma estufa coberta, envolvida por uma área de sombreamento das espécies e uma área de ar livre para a promoção e venda de plantas tradicionais – oliveira, figueira, etc. – bem como espécies ornamentais de exterior, nomeadamente espécies espontâneas existentes no maciço calcário das serras D’Aire e Candeeiros.

Atualmente, a Plântula tem como elemento principal o Centro de Jardinagem, que dispõe de mostra de plantas, produtos e acessórios para todo o tipo de jardim, com clientes de todo o país, mas com maior incidência na zona centro.

A criação desta empresa contribuiu para diversificar as atividades na região, desenvolvendo uma atividade protetora do ambiente e criando postos de trabalho.

Uma aposta que se revelou acertada, pois o negócio tem crescido de forma sustentada.

<http://www.plantula.com/>

Localização	Quinta do Roço, Torres Novas
Data da candidatura	1997
Investimento total	54.867,77 EUR
Comparticipação LEADER	65%
Postos de trabalho criados	4



Estações Meteorológicas

“O apoio financeiro no âmbito do LEADER foi um complemento para o desenvolvimento deste projeto.”

Paulo Gomes,
Técnico Agrícola da APPIM

Conjugar a produtividade, o ambiente e a melhoria da qualidade dos produtos agroalimentares, com benefícios para os produtores e consumidores, foi um dos pontos de partida para a RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural desenvolver o projeto “Instalação de Estações Meteorológicas” promovido pela AAPIM – Associação de Agricultores Para Produção Integrada de Frutos de Montanha, no âmbito do LEADER+.

O projeto permitiu instalar uma rede de quatro Estações Meteorológicas Automáticas (EMA) nos concelhos de Belmonte, Fundão e Covilhã, de modo a melhorar o processo produtivo e a qualidade dos produtos agroalimentares, reforçando a competitividade da região.

As Estações Meteorológicas produzem uma enorme quantidade de informação técnica, desde dados climáticos a indicadores correlacionáveis com a evolução dos inimigos das culturas, pragas e outras doenças, que prejudicam a qualidade das produções agrícolas e frutícolas.

A informação técnica e o conhecimento destes dados, assim como o acompanhamento técnico, é muito útil para os fruticultores e agricultores abrangidos pelas estações, porque além de poderem tomar uma decisão mais racional sobre a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, aprendem a resolver em tempo oportuno as doenças e pragas das culturas e a usar os recursos naturais, nomeadamente, a água de rega, de forma mais racional na actividade agrícola.

Localização	Belmonte/ Covilhã/Fundão
Data da candidatura	2002
Investimento total	56.008,48 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	1



Fertiprado

“A importância do investimento LEADER foi grande. As duas candidaturas ajudaram a potenciar a atividade.”

João Crespo,
Diretor Geral da Fertiprado

A empresa, com 21 anos de existência, foi fundada com base num trabalho técnico e científico desenvolvido pelo Engenheiro Agrónomo David Crespo, pai do atual Diretor Geral, que trabalhou toda a sua vida na área das pastagens e forragens. A Fertiprado Sementes e Nutrientes, Lda. dedica-se a produzir sementes de pastagens e forragens para climas mediterrânicos, tendo nascido com o objetivo de acrescentar ao mercado alguma inovação, através de novas técnicas que permitissem melhorar a produção pecuária.

Numa fase inicial, a Fertiprado focava-se apenas no mercado nacional, particularmente no distrito de Portalegre, onde se situa. Gradualmente, a atividade em Portugal foi-se alargando a todo o país, tendo-se depois expandido, através de empresas próprias, para Espanha, Itália e, mais recentemente, para o Uruguai.

As duas candidaturas ao LEADER, com o apoio da ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural no Norte Alentejo, permitiram à Fertiprado a aquisição de equipamentos de processamento de sementes, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva, melhorar as condições de higiene e segurança no trabalho, e melhorar a qualidade e homogeneidade do produto. Investimentos que se revelaram muito importantes para a expansão da empresa.

<http://www.fertiprado.pt>

Localização	Monforte
Data da candidatura	2006
Investimento total	103.098,63 EUR
Comparticipação LEADER	48,5%
Postos de trabalho criados	2